



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Trabalho Infantil e Estratégias Familiares: Crianças nos Mercados
Informais de Maputo

Deborah Capela de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Ana Bénard da Costa, Investigadora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:
Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2013

**Trabalho Infantil e Estratégias Familiares: Crianças nos Mercados
Informais de Maputo**

Deborah Capela de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Ana Bénard da Costa, Investigadora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:
Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, cujo apoio incondicional possibilitou a concretização deste projeto, por me inspirar e incentivar e acima de tudo, por acreditar em mim.

Agradeço à Dr.^a Ana Bénard da Costa, pela sua disponibilidade, paciência, amizade e as suas críticas construtivas e sinceras que tornaram este projeto possível e me incentivaram bastante.

Agradeço também ao professor Ulrich Schiefer pela sua disponibilidade e pelos seus conhecimentos e contribuições para este trabalho.

Um agradecimento especial ao secretário do bairro de Magoanine C., Ricardo Langa, pela sua prontidão em me receber e pela sua permissão para fazer esta pesquisa no bairro.

Aos professores Custódio Gaspar e Teresa Fumo, agradeço imenso pela disponibilidade em falarem comigo mesmo estando tão ocupados com a realização dos exames nacionais, o vosso trabalho e dedicação com as crianças foram uma importante fonte de inspiração.

Um agradecimento muito especial à avó Di, pela sua amizade, ajuda e conhecimento imprescindível, pelo seu carinho e dedicação a todas as crianças moçambicanas ao longo dos seus anos de trabalho, que continues a inspirar tantos outros como me inspiras a mim.

Um muito obrigado à Tia Talinha, que me recebeu em sua casa todos os dias durante o trabalho de campo, pelo tempo que disponibilizou em me apresentar ao bairro e às famílias, pelos lanches e pela companhia nos passeios pelo bairro e pelo mercado, não há palavras para a sua dedicação para com este projeto.

Agradeço às famílias das crianças entrevistadas, por se terem disponibilizado a fazer parte deste projeto e por me terem recebido em suas casas e permitirem a minha entrada nas suas vidas.

Obrigado a todos que, direta ou indiretamente, tornaram tudo isto possível.

Por fim, por ser o agradecimento mais importante, o meu mais que especial *Kanimambo* a todas as crianças com quem tive o prazer de conviver, ter conhecido cada um de vós e o vosso quotidiano tornou-me sem dúvida uma pessoa muito melhor.

RESUMO

Na sociedade moçambicana à semelhança de muitas sociedades africanas, as crianças constituem uma importante fonte de ajuda para as suas famílias. A criança, considerada como um membro da família capaz e responsável, tem ao seu encargo inúmeras tarefas domésticas e desempenha um conjunto de atividades económicas que permitem à família a sua sobrevivência e reprodução social. A presente investigação tem por objetivo estudar crianças moçambicanas que ajudam em casa nas tarefas domésticas e que participam de forma ativa nos negócios familiares, de forma a desconstruir a noção da criança africana como “órfã, vulnerável e fora do lugar” impulsionada pela conceção ocidental de infância como uma fase de dependência. A pesquisa incluiu um trabalho de campo desenvolvido entre Novembro e Dezembro de 2012, num bairro periférico da cidade de Maputo, com crianças que desempenham atividades no comércio informal do bairro em análise, e alguns dos seus familiares. No trabalho de campo procurou-se ainda ouvir a opinião de professores e de responsáveis das estruturas administrativas do bairro, bem como de profissionais que em Moçambique trabalham com questões relacionadas com crianças e com os cuidados da primeira infância. A metodologia usada foi de carácter qualitativo através de pesquisa e análise bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação. Este estudo focaliza-se no quotidiano das crianças, nomeadamente na forma como estas organizam o seu dia-a-dia combinando o trabalho, o estudo e as brincadeiras. Os resultados da pesquisa revelaram que estas crianças são agentes capazes de fazer escolhas e que têm uma participação ativa nas estratégias económicas das famílias. Através das atividades que desempenham as crianças apreendem todo um conjunto de mecanismos que lhes serão úteis para se “desenrascarem” na sua vida futura.

Palavras-chave: Crianças, Infância, Famílias, Estratégias Familiares, Trabalho Infantil, Economia Informal, Moçambique.

ABSTRACT

In Mozambique like in many African societies, children are an important source of help for their families. The child is considered as an able and responsible family member and so has in his charge innumerable domestic chores while also plays a set of economic activities that allows the social reproduction and economic survival of the family. This research aims to study Mozambican children at home whom help with household chores and participate actively in family businesses, in order to deconstruct the notion of the African child as "orphaned, vulnerable and out of place" driven by the Western conception of childhood as a stage of dependency. The survey, conducted between November and December 2012, in a suburb of Maputo, covers children who are active in the informal trade, of the neighborhood studied, and some of their family members. During the fieldwork this investigation sought to still hear from teachers and directors of administrative structures in the neighborhood, as well as professionals in Mozambique working on issues related to children and the early childhood stage. The methodology was qualitative in nature through research and literature review, semi-structured interviews, informal conversations and observations. This study focuses on the daily lives of children, particularly in the way they organize their day-to-day combining work, study and play. The survey results revealed that these children are agents capable of making choices and have an active participation in the economic strategies of households. Through the activities they perform, children get to learn a whole set of important mechanisms that will be useful in their future life as adults.

Keywords: Children, Childhood, Family, Family Strategies, Child Labor, Informal Economy, Mozambique.

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA	4
1.1. Objetivos, questões e hipótese de Investigação.....	6
1.2. Metodologia.....	7
1.2.1. Pesquisa Qualitativa	7
1.2.2. Grupo de análise.....	9
2. DISCUSSÃO DOS CONCEITOS CENTRAIS DA INVESTIGAÇÃO	13
2.1. Família, Agregado familiar e estratégias de sobrevivência e reprodução social das famílias....	13
2.2. O significado de “ser criança” e o processo de Infância	15
2.3. O Trabalho infantil: Child work ou Child labor?	19
2.4. O trabalho infantil como processo de socialização: a problemática do trabalho infantil e o impacto no futuro das crianças	23
2.5. Economia informal e Mercados informais	26
3. O CONTEXTO MOÇAMBICANO.....	30
3.1. Breve contextualização socio económica	30
3.2. Urbanização e os mercados informais nas cidades africanas: caso da cidade de Maputo, os dumba-nengues.....	32
3.3. A criança no contexto Moçambicano	34
4. O CONTEXTO: O BAIRRO DE MAGOANINE C.	40
4.1. Caracterização socioeconómica e demográfica.....	40
5. AS CRIANÇAS DE MAGOANINE C.	46
5.1. Identificação dos entrevistados.....	46
5.2. Quotidiano Familiar – Espaço casa	49
5.3. Quotidiano escolar – Espaço escola	53
5.4. Quotidiano no mercado – Espaço rua.....	62
5.5. Sentimentos/Perceções da criança quanto à sua realidade, quotidiano e futuro.....	68
CONCLUSÃO	75
FONTES.....	81
BILIOGRAFIA	82
ANEXOS.....	I
Anexos A.....	I
Anexo B.....	IV
CURRICULUM VITAE	XII

Índice de Quadros

Quadro 1: nível de escolaridade das entrevistadas adultas	49
Quadro 2: Crianças entrevistadas por nível de escolaridade que frequentam	54

Glossário de Siglas

INE – Instituto Nacional de Estatística (Moçambique)

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Por todo o mundo cerca de 250 milhões de crianças são usadas como força de trabalho, (Purkayastha, 1998) e grande parte delas vive em países menos desenvolvidos.

Nos países africanos, essa força de trabalho constitui uma importante fonte de rendimento para as famílias, sendo muitas vezes indispensável à sua sobrevivência e reprodução social. O trabalho desenvolvido pelas crianças constitui igualmente um elemento essencial no seu processo de socialização.

Nesta investigação pretende-se estudar crianças moçambicanas, mais especificamente as que trabalham no espaço doméstico, nos negócios familiares e nos mercados informais.

A investigação incidiu sobre um conjunto de crianças residentes no bairro de Magoanine C., situado na zona periférica da cidade de Maputo, algumas trabalhando no mercado deste Bairro, o mercado de Matendene. O trabalho de campo foi realizado durante os meses de Novembro e Dezembro de 2012.

As atividades desenvolvidas pelos mais novos acontecem nos vários espaços do quotidiano da criança moçambicana: em casa, na escola e no mercado informal. Em casa, as crianças cuidam dos irmãos mais novos e desempenham tarefas domésticas; na escola, brincam e desempenham atividades escolares; e no mercado vendem produtos em bancas, muitas vezes de familiares ou desenvolvem outras tarefas que também são geradoras de rendimentos como limpeza, transporte de água, cozinhar, entre outro tipo de “biscates”. Todos estes espaços estão interligados no quotidiano das crianças da cidade de Maputo.

Mas o que é que é considerado trabalho? Segundo o conceito ocidental de trabalho, entende-se que sejam todas as atividades económicas cuja realização seja geradora de rendimentos, produtos ou serviços. Assim o trabalho pode ser compreendido como uma “atividade consciente e voluntária, pela qual o homem exterioriza no mundo fins destinados a modificá-lo, de maneira a produzir valores ou bens social ou individualmente úteis e satisfazer assim suas necessidades” (Russ, 1994:13).

De acordo com a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a idade mínima recomendada para o trabalho em geral é a de 15 anos de idade.¹ A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) define como trabalho infantil: toda a forma de trabalho abaixo dos 12 anos de idade; o trabalho entre 12 e 14 anos que seja prejudicial ao

¹ Site ILO (International Labour Organization). Consultado em 15/06/2013: http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C138

menor; todo o trabalho abaixo dos 18 anos especificamente enquadrado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) nas “piores formas de trabalho infantil”.²

De acordo com pesquisas realizadas nos últimos anos, algumas das principais causas apontadas para as “piores formas de trabalho infantil”, são: a pobreza; a desigualdade; a exclusão social; a escolaridade dos pais; o tamanho e a estrutura da família; e a idade em que os pais começaram a trabalhar. A OIT considera que o trabalho infantil para além de não constituir um trabalho digno e ser prejudicial à luta pela redução da pobreza rouba às crianças a sua saúde, o seu direito à educação e a sua própria vida enquanto crianças.

No contexto do trabalho infantil em Moçambique, grande parte das atividades desenvolvidas pelas crianças não são remuneradas, pois, muitas são desenvolvidas como forma de apoio às atividades dos pais e/ou restantes membros da família. Pode-se então, considerar as atividades que estas crianças desenvolvem como trabalho? Nesta investigação responde-se positivamente a esta questão, pois mesmo que estas crianças não recebam remuneração por exercerem essas atividades, a sua realização permite à família a diversificação de atividades económicas que tendem a gerar maiores rendimentos.

As crianças que ficam em casa a tomar conta dos irmãos, ou a desempenhar tarefas domésticas, permitem que os pais possam ausentar-se para desenvolverem outras atividades que sejam geradoras de rendimentos; noutros casos, as crianças que desempenham atividades nos mercados informais, apesar de não serem remuneradas pelo seu trabalho, possibilitam através da venda destes produtos um acréscimo de rendimentos para a família.

O objetivo desta investigação é o de compreender os diferentes fenómenos e realidades sociais e culturais que enquadram as atividades desenvolvidas pelas crianças e que permitem à família obter rendimentos e/ou produtos. Questões relacionadas com a problemática do trabalho infantil na cidade de Maputo, com a participação das crianças nos mercados informais, com as relações entre estas atividades e a sua vida escolar e com o papel das crianças nas estratégias familiares serão equacionadas de forma a compreender o que é ser criança neste contexto. De forma a atingir estes objetivos, analisaram-se as atividades que estas crianças desempenham, que por sua vez são fundamentais às atividades económicas das famílias, permitindo ao núcleo familiar a diversificação de rendimentos e garantir assim a sua (sobre)vivência e reprodução social.

² Site da UNICEF (United Nations International Children's Emergency Fund). Consultado em 15/06/2013: http://www.unicef.org/protection/57929_58009.html

1. PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

As crianças moçambicanas são vistas como uma fonte fundamental de ajuda não só para os pais como para toda a família alargada, e o seu papel é o de contribuir com tarefas definidas para as necessidades económicas do núcleo familiar, e de frequentar a escola, o que no futuro lhes permitirá aquisição de competências e habilidades para a vida, e conseqüentemente, maiores oportunidades de emprego e mobilidade social (Francisco, 2011: 233).

Até que ponto as atividades desenvolvidas por essas crianças, põem em causa o seu desempenho escolar? Esta constitui uma das questões centrais desta investigação e revela-se uma preocupação sobre a realidade e o quotidiano das crianças que trabalham nos negócios familiares e em mercados informais. As famílias que lutam diariamente para sobreviver à pobreza generalizada que se verifica em Moçambique, não dispõem, na sua maioria, dos meios financeiros para suportar as despesas escolares dos seus filhos, sem que estas desempenhem algum tipo de atividade, ajuda ou tarefa em casa. Por outro lado, devido às atividades que desempenham, as crianças têm menos tempo para se dedicarem a atividades escolares. De que forma esta situação irá afetar o aproveitamento escolar das crianças que trabalham e a conseqüente propensão para o abandono escolar?

Apesar de se entender que a escolaridade é um meio fundamental para a promoção de conhecimentos e formação profissional das crianças (Bass, 2004; Costa, 2009; Kielland & Tovo, 2006), constata-se que é muito difícil para os adultos responsáveis pelas crianças das famílias moçambicanas dos subúrbios de Maputo assumir na totalidade, os custos que tal formação envolve. Isto, tendo em conta o número de filhos que em média cada mulher tem (5,5 filhos, de acordo com Francisco, 2011: 243) e o nível económico da maior parte das famílias.

É pertinente, igualmente, lembrar as fragilidades atuais do sector da educação em Moçambique.

As escolas, apesar do aumento do número de instituições escolares na cidade de Maputo nos últimos anos, ainda possuem muitas carências que influenciam o fraco aproveitamento escolar das crianças moçambicanas, nomeadamente: a superlotação; as longas distâncias entre as residências das crianças e as escolas; o suborno para matrículas e notas; as turmas que incluem alunos de várias idades e diferentes grupos linguísticos; a fraca formação dos professores, os salários baixos e más condições de trabalho do corpo docente; poucos professores, (em média 1 para 74 alunos, de acordo com os professores entrevistados); poucas salas, poucas carteiras e instalações inadequadas e sem condições educacionais.

As famílias em situação de pobreza - de acordo com Van den Boom (2011: 5) 54,7 por cento dos agregados familiares de Moçambique vivia em extrema pobreza em 2009 - e sem apoios sociais por parte do Estado desenvolvem estratégias económicas que envolvem a participação do maior número de familiares possível (incluindo as crianças) seja nos negócios da família ou nas atividades domésticas.

Por outro lado, o trabalho infantil, ou seja, a ajuda desempenhada por crianças em atividades económicas, no caso deste estudo, em negócios informais e familiares e em tarefas domésticas, surge ainda como processo de socialização com raízes nas matrizes culturais dos diversos grupos sociais de Moçambique. As crianças ajudam nos negócios da família e nas tarefas domésticas como forma de socialização e esta educação informal acontece fora das escolas, em casa ou na rua.

O processo de socialização das crianças através das tarefas desempenhadas no dia-a-dia é entendido pelos seus familiares como sendo complementar à educação formal que as crianças recebem na escola, e está também relacionado com os deveres e as expectativas que as famílias atribuem às crianças. Desta forma, espera-se que as crianças ajudem os mais velhos nas tarefas domésticas, no cuidado dos mais novos e dos mais idosos e nas atividades geradoras de rendimentos e produtos em que a família está envolvida (como a agricultura e o comércio). Ao trabalharem, muitas vezes lado a lado com os mais velhos, ou desenvolvendo tarefas que lhes são atribuídas pelos mais velhos, é-lhes ensinado o seu papel na sociedade.

De acordo com Bass (2004), o facto de o trabalho adulto ser complementado, muitas vezes, com a ajuda das crianças, valoriza a criança promovendo a sua autoestima e uma melhor imagem de si própria. Por outro lado, o trabalho que estas crianças desenvolvem traduz-se numa aprendizagem de conhecimentos importantes para o seu futuro. Por exemplo, as crianças que desde cedo ajudam as mães no trabalho doméstico adquirem conhecimentos que lhes podem vir a ser úteis no futuro, como empregadas domésticas ou no seu futuro papel de mães; as que trabalham com os pais numa atividade, como por exemplo a agrícola, aprendem conhecimentos que lhes permitem ter uma profissão no futuro; as crianças que trabalham nas *vendas* à porta de casa ou nos mercados aprendem a fazer contas, o que lhes será útil na escola e ao mesmo tempo aprendem a “vender” e a “desenrascarem-se”³ no meio informal.

³ De acordo com Costa (2009: 22) o termo “desenrascar” é utilizado com frequência no contexto social em análise para descrever qualquer ação, comportamento ou atitude que possibilite o ultrapassar de dificuldades, impasses ou problemas de vária ordem e nível. É utilizado tanto para descrever ações e atitudes concretas como para designar uma postura geral face à vida.

Tornou-se assim fundamental para esta investigação analisar a realidade das famílias dos subúrbios de Maputo de forma a compreender os motivos subjacentes ao desenvolvimento das estratégias familiares. Dessa realidade fazem parte intrínseca, as crianças e as atividades que estas desenvolvem. De forma a possibilitar um conhecimento mais aprofundado do contexto em análise estudou-se o quotidiano das crianças que trabalham e que ajudam as suas famílias, avaliando as tarefas que desempenham e o seu peso na economia familiar, bem como os conhecimentos que as crianças adquirem através das atividades que desempenham e a utilidade destes face ao contexto económico e social onde se inserem. O objetivo não é criminalizar o trabalho infantil mas sim entender o quadro geral e o contexto em que acontece.

1.1. Objetivos, questões e hipótese de Investigação

Esta investigação centra-se numa análise de crianças residentes do bairro de Magoanine C., na periferia de Maputo que ajudam os pais em atividades que contribuem para os rendimentos do grupo familiar. Os objetivos específicos são:

- Compreender qual o papel que as crianças desempenham nos mercados informais de Maputo;
- Compreender qual a relação entre as atividades desenvolvidas pelas crianças nos mercados informais e as estratégias económicas das famílias;
- Compreender qual a relação entre as atividades escolares e as atividades desenvolvidas pelas crianças nos mercados informais;
- Compreender o impacto da participação das crianças nos mercados informais em termos da sua educação e preparação para a vida adulta.

De forma a atingir estes objetivos pretende-se analisar as seguintes atividades e conhecimentos das crianças:

- As atividades desenvolvidas pelas crianças nos mercados informais;
- As atividades desenvolvidas pelas crianças no espaço familiar (doméstico);
- As atividades escolares desenvolvidas por crianças;
- A aplicação dos conhecimentos escolares nos mercados informais;

- Os conhecimentos adquiridos pelas crianças nos mercados informais e a sua aplicação nas atividades escolares;

As principais perguntas que guiam a presente investigação são as seguintes:

- Qual o papel da criança no seio da família?
- Qual a importância do trabalho desenvolvido pelas crianças na economia familiar?
- Qual a relação entre as atividades desenvolvidas pelas crianças no mercado informal e a sua vida escolar?
- De que forma a participação das crianças nos mercados informais contribui para a sua educação e preparação para a vida adulta?

Hipótese:

Inseridas numa realidade caracterizada por elevados índices de pobreza e precariedade de emprego formal as crianças constituem uma importante fonte de ajuda para o núcleo familiar. As atividades domésticas e económicas que desenvolvem, embora influenciem negativamente o seu aproveitamento escolar, constituem um importante fator de socialização e permitem-lhes ganhar sentimentos de autonomia e autoconfiança e adquirir conhecimentos que serão importantes para a sua vida futura.

1.2. Metodologia

1.2.1. Pesquisa Qualitativa

Para melhor atingir os objetivos desta investigação, foi escolhida uma metodologia qualitativa para a pesquisa de terreno, com a realização de entrevistas aprofundadas e abertas e observação direta. Esta opção metodológica foi feita com base na necessidade de se analisar um fenómeno social complexo e de se interpretar uma realidade que não é possível ser compreendida apenas a partir de números.

A vertente qualitativa desta pesquisa é a abordagem interpretativa onde se procura compreender o fenómeno em questão partindo dos testemunhos fornecidos pela população envolvida no estudo e dos significados que essa mesma população atribui ao fenómeno do trabalho infantil (Myers, 1995). Assume-se por isso, neste estudo, que a realidade que está a ser estudada é subjectiva e também socialmente construída pelos sujeitos envolvidos (Wildemuth, 1993: 450).

A escolha da abordagem prende-se com a necessidade de compreender como os sujeitos envolvidos entendem o fenómeno de trabalho infantil, como a população percebe e descreve o seu quotidiano e a sua condição económica. Na esteira de Neves (1996) procura-se através desta pesquisa qualitativa não enumerar ou medir eventos mas obter dados descritivos através do contacto direto com o objeto de estudo.

De acordo com Godoy (1995a: 62) as principais características da pesquisa qualitativa são o ambiente natural como fonte direta de dados, o carácter descritivo e o significado que as pessoas dão às coisas através do seu próprio discurso sobre a realidade. Neves (1996:1) explica que este tipo de pesquisa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que têm como objetivo a descrição das componentes do sistema de significados e onde se procura traduzir e expressar o sentido dos fenómenos sociais num dado contexto social, cultural e económico.

Tendo por esta perspetiva a pesquisa qualitativa de carácter interpretativo foi conduzida a partir de três abordagens: a conceptual onde foi explorada a origem social dos conceitos de trabalho infantil, criança e infância, de famílias e estratégias familiares e de sector informal; a bibliográfica, pois parte da pesquisa implicou a análise de textos produzidos sobre o tema; e a empírica, onde através da pesquisa qualitativa no terreno se procurou compreender através da observação do quotidiano e da forma como se organizam os discursos dos atores sociais, a forma como as crianças, os pais e os professores compreendem o fenómeno social de trabalho infantil no contexto em análise.

A pesquisa bibliográfica surgiu nesta investigação como uma componente importante oferecendo outras perspetivas de estudos já desenvolvidos sobre o tema e que possibilitaram novas e diferentes interpretações sobre o fenómeno social em estudo.

A análise aprofundada sobre a unidade de estudo e o ambiente em que o fenómeno acontece, permitiu vivenciar a realidade que está a ser estudada, compreendendo o trabalho infantil no seu próprio contexto, nos modos de vida e na cultura das famílias e enquadrando-o na situação económica do país, em geral. Para tal, foram conduzidas 15 entrevistas semiestruturadas e abertas a 10 famílias, dois professores, um secretário de bairro, um chefe de quarteirão e uma psicóloga o que permitiu diversificar as perguntas sem estar obrigatoriamente limitado a um questionário.

As entrevistas foram na sua maioria gravadas, salvo aquelas cujos entrevistados não se mostraram à vontade com o gravador, e mais tarde transcritas e agrupadas em grelhas de resultados. Apesar do interesse inicial em se abranger mais crianças nesta pesquisa tal não foi possível devido a fatores como: a timidez das crianças e a dificuldade da língua; o facto de

muitas crianças estarem no mercado mas os pais não estarem presentes para autorizar as entrevistas; as distâncias até às casas dos familiares que impedia a deslocação de casa a casa; a desconfiança das crianças, e de alguns familiares, para com o tema da pesquisa.

As entrevistas foram construídas com o objetivo de deixar os entrevistados livres para expressarem ideias, valores, crenças, significados, expectativas, gostos e desejos. Desta forma procurou-se enriquecer a pesquisa com informações relativas aos interesses pessoais dos entrevistados e com dados sobre as relações entre pais e filhos, sobre o ambiente familiar e sobre as suas experiências pessoais em termos da infância vivida atualmente (crianças) ou passada (adultos).

A observação, por outro lado, proporcionou a este estudo a apreensão das aparências, de eventos e de comportamentos, não através do que foi transmitido nos discursos da população estudada, mas sim da interpretação dos fenómenos que se observaram. Como Godoy (1995b: 21), considera-se que “um fenómeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspetiva integrada”.

1.2.2. Grupo de análise

De forma a melhor atingir os objetivos deste estudo, foram conduzidas entrevistas abertas e semiestruturadas a dez famílias. No total foram entrevistadas treze crianças, três rapazes e dez raparigas. Foram também entrevistados membros da família responsáveis pelas crianças - dez mulheres, mães e tias.

A escolha da unidade de estudo foi feita, primeiramente pela faixa etária. Optou-se por estudar crianças entre os sete e os quinze anos, por se considerar que a partir dos 15 anos a criança deixa a fase da infância e inicia a fase da adolescência e já é considerado economicamente ativo, ao mesmo tempo que as crianças com menos de sete anos têm a seu cargo mais tarefas do fórum doméstico que no comércio informal. Esta faixa etária foi assim determinada tendo em conta que o foco de interesse era sobre crianças, que apesar de serem “pequenas” desenvolvem atividades de adultos e produzem algum bem, serviço ou produto para a família através das tarefas ou trabalhos por elas desenvolvidos.

Para poder abordar as crianças e as suas famílias foram feitas várias visitas ao bairro, ao mercado, às escolas e aos postos administrativos do bairro. Foram feitas duas entrevistas a dois professores - de duas escolas diferentes e que lecionam disciplinas em anos letivos diferentes - para que fosse possível compreender, do ponto de vista dos seus educadores, o

impacto que as atividades que os mais novos desempenham nos mercados têm no seu desempenho escolar.

Foram também entrevistados dois administradores do bairro, o secretário do bairro de Magonine C. e o chefe de um dos quarteirões do bairro, para que fosse possível obter dados e informações sobre o bairro e os seus residentes. Por fim, foi feita também uma entrevista a uma professora e psicóloga de uma organização moçambicana, a WonaSanana - uma associação que trabalha com crianças vulneráveis, e que é responsável por projetos direcionados para o desenvolvimento da criança – de forma a obter informações sobre as perceções das organizações de desenvolvimento que trabalham com as crianças em Moçambique.

Durante as visitas ao mercado e durante os passeios pelo bairro, as crianças foram abordadas enquanto vendiam nas *bancas*⁴ situadas à porta de casa das famílias, fora das portas do mercado, dentro do mercado e na rua (comerciantes ambulantes). Uma vez estabelecido o contacto com as crianças, abordava-se os seus pais, ou outros responsáveis, para se obter permissão para conduzir as entrevistas.

Apesar de existir uma preferência de se conduzir as entrevistas no espaço doméstico e não no mercado, nem sempre tal foi possível. A necessidade de se fazerem as entrevistas nos espaços domésticos esteve relacionada com dois motivos: o de deixar o entrevistado mais à vontade por estar em ambiente familiar e portanto mais confortável no seu discurso e não no mercado onde estão muitas pessoas e o sujeito está ocupado com as suas atividades e portanto com menos tempo para dedicar à entrevista; e segundo, porque se afigurou importante compreender o ambiente familiar, bem como as condições económicas da família através da observação dos espaços domésticos, das condições em que vivem e dos bens que possuem. As entrevistas conduzidas no mercado foram igualmente úteis, na medida em que foi possível obter uma perspetiva das atividades e desempenho das crianças durante o seu trabalho na “venda”.

Embora nem todas as pessoas abordadas se tivessem mostrado disponíveis para serem entrevistadas (porque os pais não estavam presentes, porque não dominavam a língua portuguesa, ou porque não estavam dispostos a abordar este tema), no geral, a adesão foi

⁴ Bancas - refere-se aqui a estruturas fabricadas com diversos materiais não convencionais (madeira, caixas, ferro, chapa, cartão ou outros), onde os comerciantes informais expõem os seus produtos para vender nos mercados, na rua e/ou à porta de casa.

satisfatória. Nos espaços domésticos as entrevistas foram conduzidas no quintal, primeiro com as crianças, depois com o responsável legal presente.

Para além dos entrevistados, houve muitos testemunhos obtidos através de conversas informais no bairro, no mercado e nas escolas, com pessoas ligadas ao universo investigado. É o exemplo de T., da sua filha Jen. e de uma amiga desta, Cec., que acompanharam a pesquisa, prestando uma ajuda fundamental de logística e informações, e através de conversas com as três mulheres em questão, foi possível conhecer dados importantes sobre o bairro, sobre a sua população e sobre os modos-de-vida das pessoas no bairro.

2. DISCUSSÃO DOS CONCEITOS CENTRAIS DA INVESTIGAÇÃO

2.1. Família, Agregado familiar e estratégias de sobrevivência e reprodução social das famílias

Para compreender, as causas do trabalho infantil e as estratégias familiares que envolvem as escolhas das famílias, é necessário primeiro começar por discutir os conceitos de família e de agregado familiar. De acordo com Costa (2007), o conceito de família refere-se a membros da família de várias gerações que podem ou não viver na mesma casa mas que estão ligados por laços de sanguinidade, filiação ou aliança, e que juntos, partilham uma identidade familiar que se adapta de uma forma dinâmica e flexível aos contextos em que estão inseridos.

“ (...) A família é uma construção circular: existe porque as relações existentes entre os seus membros permitem o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência e reprodução social (...) e porque estas últimas, ao serem acionadas, mantêm, desenvolvem e criam as relações familiares (...) que estão na base desta unidade social e que constituem a sua essência e o seu fundamento” (Costa e Biza, 2012: 31).

Por outro lado, o conceito de agregado familiar, de acordo com Deborah Bryceson (in Costa, 2002: 59):

“ (...) Refere-se a uma identidade coletiva formada por um grupo de indivíduos unidos pelo acesso comum a recursos e partilhando uma ou mais das seguintes características: um orçamento comum resultante de uma menor ou maior partilha de rendimentos, uma cozinha comum e/ou residência comum”.

Para o propósito desta investigação irá ser usado o conceito de família, tendo em conta que em todas as famílias entrevistadas, se verificou a existência de uma interdependência económica, social e cultural, não só entre os habitantes da casa, mas também entre os habitantes da casa e outros familiares que não residiam no mesmo espaço.

Costa (2009) explica que as famílias tendem a manter os laços e a entreatajuda, através da circulação de bens e produtos, bem como, e para o interesse desta investigação, de crianças entre diferentes núcleos familiares, e que tal circulação permite a estas famílias a sua reprodução social. Exemplo disto foi o caso de duas crianças, de duas famílias entrevistadas, que tinham sido enviadas para casa de outros familiares com o objetivo de ajudarem nas tarefas domésticas e nas atividades económicas dos familiares que os receberam.

Por sua vez, e ainda de acordo com Costa (2007), as estratégias referem-se a ações desenvolvidas por indivíduos particulares, grupos sociais, instituições, etc., e que de um modo geral pressupõe escolhas entre alternativas disponíveis, por vezes de intencionalidade consciente e racional, por vezes inconscientes e irracionais, que devem no entanto, ser entendidas de acordo com o contexto político, social e cultural, em que foram desencadeadas. Para a autora, estas estratégias existem quando se observa, na maior parte das situações, ações articuladas e coerentes que tem como objetivo atingir determinado fim.

Para Roberts (1994) as estratégias familiares visam o bem-estar da família criando condições que favorecem a sua sobrevivência, reprodução e mobilidade social. Costa (2002: 66) explica que as estratégias familiares representam assim um “ (...) conjunto dos processos desenvolvidos pelas famílias com vista à sua subsistência física, social e cultural e, (...), à manutenção, renovação e transmissão dos diferentes tipos de capital (económico, simbólico e social) entre as diferentes gerações”.

O conceito de reprodução social refere-se assim ao processo de transmissão de normas e valores culturais de geração em geração. Foi possível concluir, para este estudo de caso, que as estratégias familiares, que visam a sobrevivência da família e a sua reprodução social, são desenvolvidas através da participação de vários familiares. Esta participação acontece nos negócios da “família”, no desempenho de tarefas domésticas, no cuidado de membros familiares incapazes de cuidar de si próprios, como os bebés e os mais idosos, e nas ajudas, económicas, sociais ou simbólicas entre alguns membros de uma mesma família.

O conceito de família engloba assim, nesta investigação, todos os membros da família de várias gerações que vivem ou não na mesma casa e que partilham a mesma identidade familiar. Durante a pesquisa algumas crianças entrevistadas estavam aos cuidados de outros familiares, que não o pai e/ou a mãe, assim, utiliza-se aqui, um sentido de família alargada, que torne possível um estudo sobre o papel e o quotidiano da criança dentro do seio familiar.

As estratégias familiares representam as escolhas feitas e as ações desenvolvidas pelo conjunto da família, e que devem ser entendidas de acordo com o contexto em que a família está inserida. Nesta investigação, as estratégias familiares, passam em grande parte pelas escolhas feitas pelos membros quanto às tarefas desempenhadas e funções de todos os membros da família, com o objetivo de gerar rendimentos, produtos e ou serviços que permitam a sobrevivência, bem-estar e reprodução da família.

2.2. O significado de “ser criança” e o processo de Infância

Colonna (2012) discute o facto de a maior parte das investigações sobre crianças africanas relatarem a sua existência como crianças órfãs e vulneráveis e que vivem em situações extremas de carência. De acordo com a autora estes estudos acabam por não discutir aspetos da vida quotidiana de crianças que não são nem órfãs nem vulneráveis, e que pelo contrário têm um lar e frequentam a escola.

A autora explica que segundo a noção ocidental acerca do quotidiano da criança, esta vive entre o espaço casa e o espaço escola, nos quais as crianças brincam e aprendem. Segundo esta lógica, as crianças africanas são vistas como crianças “fora do lugar”, pois os seus espaços de brincar e aprender estão também interligados com o espaço de trabalho. Por exemplo, em casa, as crianças africanas não só brincam como também fazem algum tipo de trabalho, seja tarefas domésticas, tomar conta dos mais novos e dos mais idosos, ou ajudar os pais nas *machambas*⁵, ou nos negócios de venda. A autora cita Geertz (1983), para mostrar as lacunas que existem nos estudos sobre o quotidiano das crianças africanas, pois estes têm todos como base de pensamento a cultura e ideologia ocidental: “ (...) as práticas quotidianas, aparentemente anormais aos olhos externos, fazem sentido se consideradas à luz dos múltiplos elementos que constituem o sistema cultural local” (Colonna, 2012: 3).

Esta visão estereotipada, que considera como vulneráveis a maior parte das crianças africanas, exclui as crianças que têm um lar e um dia-a-dia que não envolve este tipo de situações mais extremas de vulnerabilidade. São estas crianças, e a sua realidade que se torna necessário estudar e acima de tudo escutar, de forma a perceber melhor o seu quotidiano, como elas se veem a si próprias, como elas dão sentido ao seu trabalho no dia-a-dia e o impacto deste na sua vida futura. Como explica Colonna:

“Assim, as crianças e os jovens de África que quotidianamente brincam, cuidam dos irmãos, estudam, ajudam nas tarefas domésticas, trabalham, se organizam e lutam por uma vida melhor continuam a ser sistematicamente ocultados pela imagem de crianças africanas pobres, esfomeadas e doentes, que os *mass media* e as organizações internacionais costumam propor à opinião pública”. (Colonna, 2012: 20)

Este facto faz com que os investigadores se concentrem demasiado em crianças que são maltratadas e desfavorecidas e obscurece a discussão sobre outros aspetos fundamentais do

⁵ Nome que se dá a um terreno agrícola em Moçambique.

quotidiano das crianças como: a pobreza e as estratégias desenvolvidas pela criança e pela família para ultrapassar essa condição; as estratégias familiares desenvolvidas para que consigam enviar as crianças à escola, ou não; a distribuição de tarefas domésticas e/ou fora de casa por todos os membros da família, inclusive as crianças; a importância que a criança tem dentro do seio familiar quando passa a ser um membro economicamente ativo; e a forma como esta participação das crianças nas atividades económicas da família tem um impacto nos seus estudos e nas oportunidades de vida para o futuro dentro da sociedade que está inserida.

O objetivo desta investigação prende-se exatamente com esta vontade de estudar os motivos por de trás das escolhas e das estratégias desenvolvidas pelas famílias que implicam o recurso à participação das crianças. Procura-se igualmente compreender os sentimentos e percepções das crianças quanto às ajudas que prestam às suas famílias e, através dos discursos das próprias crianças, analisar o sentido que estas dão ao seu quotidiano.

Segundo Colonna (2012: 19), estudar as crianças apenas sob o ponto de vista de vitimização e vulnerabilidade, impede que se compreenda que estas não são meramente agentes sociais passivos, mas sim seres que têm capacidade de ação e de construção da realidade em que vivem, sendo por isso capazes de desenvolver, elas mesmas, estratégias que ajudam a sobrevivência e a reprodução social do grupo familiar até nas situações mais extremas.

As crianças existem em todas as culturas e sociedades de qualquer época histórica. Cada cultura engloba um conjunto de atitudes e comportamentos diferentes que são estabelecidos de acordo com um conjunto de representações sociais e regras consequentemente estabelecidas e que definem o que é ser criança e como devem ser tratadas as crianças. Por outras palavras, a criança africana tem uma infância distinta da criança em países ocidentais devido a elementos socioculturais que diferem das sociedades africanas para as sociedades ocidentais.

De acordo com Sixpence et al. (2008, p. 29), é criança “qualquer pessoa com menos de 15 anos, a menos que a lei de idade mínima local estipule uma idade maior para o trabalho ou educação obrigatória”. Em Moçambique na Lei de Base de Proteção da Criança (2006: 3) pode ler-se o seguinte:

“No que se refere ao conceito de criança, depois de considerados vários fatores atinentes ao desenvolvimento da criança e ao estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança decidiu-se acolher a regra estabelecida no direito internacional, que considera criança todo o menor de 18 anos”.

James e Prout (cit in: Colonna, 2012: 21) afirmam que a infância deve ser entendida “como uma construção social (...) não é uma forma natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como uma componente estrutural cultural específica de muitas sociedades”. Cada sociedade produz assim a sua própria realidade quanto à infância das crianças que influencia a forma como as crianças são vistas e tratadas e, conseqüentemente, atribuí às crianças diferentes papéis e funções dentro e fora de casa.

Nos países ocidentais, a noção de infância como sendo a de um período de vulnerabilidade e em que a criança deve apenas brincar, estudar e viver em espaços privados e protegidos por adultos contrapõe-se à noção de infância em África, em que a criança participa nas atividades económicas da família, não só por motivos económicos mas também por motivos relacionados com a sua socialização. Através do trabalho e do contacto com os adultos a criança desenvolve aptidões e responsabilidades e aprende a viver em sociedade. Os conceitos ocidentais que têm transmitido imagens das crianças africanas como “crianças anormais”, impedem a compreensão da realidade do trabalho infantil em Moçambique e em muitas outras partes do continente africano e do mundo, onde este é parte integrante do processo de socialização da criança.

De acordo com Bass (2004), a infância resulta de uma construção social e histórica: as crianças são moldadas de forma diferente por cada cultura e sofrem mudanças ao longo da história. A autora explica que a experiência social da infância varia não só em termos de condições materiais, mas também em relação às obrigações, deveres, restrições e expectativas impostas às crianças numa dada sociedade. Para compreendermos como a infância é entendida em África precisamos, para além de entender a contemporaneidade do trabalho infantil nestas sociedades, ter ainda em consideração os fatores históricos que continuam a moldar o significado de “ser criança” nestes contextos. E aqui estão envolvidos: os fatores históricos e religiosos que moldaram as sociedades africanas, o período colonial; e as conseqüências dos ajustamentos estruturais nas economias africanas nomeadamente a urbanização rápida e descontrolada e os elevados níveis de pobreza. Tudo isto influiu no modo como a infância é vista, entendida e vivida em África. Como refere Franklin (1995: 7, cit in: Colonna, 2012):

“A infância não é uma experiência universal de qualquer tipo de duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo diferenças individuais relativas à inserção de género,

classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos de infância”.

Colonna (2012: 27) acrescenta a este assunto o seguinte:

“A experiência de ser criança é assim socialmente construída e, por isso, as maneiras de se tornar um ser humano adulto são tão numerosas quantas são as culturas humanas, uma vez que cada sociedade, e dentro dela, cada grupo social e cultural produz a sua própria maneira de olhar para os mais jovens e de representá-los”.

Estas afirmações evidenciam uma constante nas investigações sobre crianças africanas. O facto de estes estudos serem desenvolvidos na maior parte das vezes por pessoas alheias ao contexto cultural africano leva a que não se considerem as representações socioculturais sobre o significado de ser criança e o processo de infância que existe nas sociedades onde as crianças vivem.

Procurando colmatar esta lacuna, a presente pesquisa de terreno foi conduzida no sentido de compreender o significado que as famílias (crianças incluídas), do bairro de Magoanine C., atribuem às crianças e à fase da infância. Foi possível, através dos discursos, perceber que a criança não é entendida como um ser indefeso e vulnerável, pelo contrário, é considerada como um membro familiar competente e capaz de realizar muitas das tarefas dos adultos.

“Eu acho que 80 por cento das crianças que eu leciono fazem alguma atividade fora. Ou vendem em casa, ou na rua, ou no mercado. De acordo com a situação das famílias seria muito difícil as crianças só estudarem. A partir dos sete, oito anos elas começam a trabalhar. Os pais consideram essa idade como uma idade em que a criança já tem alguma responsabilidade. Vão à machamba, trazem os produtos, abrem uma banquinha e estão a vender, para sobrevivência”.

(Professor C.G.)

Segundo Colonna (2012), a teoria da sociologia da infância, representa uma disciplina que tem por objetivo criar espaço para a infância no discurso científico e enfrentar a sua complexidade e ambiguidade na qualidade de fenómeno instável e contemporâneo. Tal torna evidente a necessidade de se fugir ao *adultocentrismo*⁶ estudando as crianças em si próprias e

⁶ Perspetiva que estuda as crianças através do mundo e do ponto de vista adulto.

não como meros destinatários de processos de socialização, de olhar para estes seres como agentes ativos capazes de realizar escolhas acerca da sua realidade e de se expressarem através da linguagem as suas ideias e culturas.

Porém, e ainda como refere Colonna (2012: 39), o mais urgente é combinar diferentes abordagens e promover a interdisciplinaridade entre os estudos da infância e os estudos africanos, de forma a melhor compreender o quotidiano destas crianças, evidenciando o modo como elas próprias dão sentido à sua infância, ao seu trabalho, à escola, às brincadeiras e à casa.

Um afastamento da investigação eurocêntrica é a única forma de se produzir conhecimentos válidos sobre o contexto africano, desconstruindo conceitos ocidentais e construindo conceitos novos com base na realidade do objeto a ser estudado. Para estudar e entender a experiência de ser criança, o investigador precisa ter em consideração, antes de mais, que a criança é um ser socialmente construído, com um conjunto de características e necessidades biológicas que estão inseridas num dado contexto social e cultural e no qual, através da sua capacidade de ação, encontra respostas para essas necessidades.

2.3. O Trabalho infantil: *Child work* ou *Child labor*?

White (1996) discute o facto de apenas alguns casos, relacionados com trabalho infantil, terem a atenção dos *media* e das organizações internacionais, e explica que esses casos são aqueles em que a criança se encontra em situações de trabalho desumanas e que põem em risco a sua segurança. O que o autor relembra é que existem muitas formas de trabalho infantil, e por isso todas as situações em que a criança está a “trabalhar” devem ser tomadas em consideração, pois apesar de a maior parte não porem em causa a segurança da criança podem, de outras formas, pôr em causa o seu bem-estar.

Os perigos por de trás do trabalho desempenhado por crianças podem ser tanto quanto à natureza física do trabalho (atividades pouco saudáveis e que oferecem pouca segurança); quanto ao tipo de trabalho que se revela injusto para a criança, de acordo com a relação entre as horas, a carga de trabalho e a remuneração, ou quanto à inexistência de um salário e às horas em que a criança está envolvida no trabalho e em que ‘perde’ tempo de estudos e de lazer (White, 1996: 11).

O autor, no entanto, chama a atenção para um cenário muito mais comum, que são os tipos de trabalho em que provavelmente a grande maioria das crianças estão envolvidas. Estes

referem-se às atividades não remuneradas, e que são desempenhadas no espaço doméstico, no negócio dos pais ou na terra da família. Não deveria este tipo de atividades ser então considerado trabalho?

O termo *child work*, tem sido utilizado em inglês e designa de acordo com White (1996: 10) “the most acceptable forms of children’s work, which are relatively unharmed and in cases may even be beneficial”. Este tipo de trabalho, considerado ‘tolerável’ engloba atividades que são desempenhadas pela criança no espaço doméstico ou lado a lado com membros adultos da família e ainda trabalhos cujos riscos ao nível da segurança da criança possam ser eliminados através de esforços legislativos e de pressão popular, permitindo igualmente que a criança frequente a escola.

Já o termo *child labor*, é utilizado para designar os trabalhos considerados intoleráveis, pelo seu carácter perigoso e explorativo que põem em causa a segurança e integridade da criança, “those which in any circumstances cannot be tolerated, which are not susceptible to efforts of humanization and improvement, and for which the only solution is the removal or rescue of the children involved” (White, 1996: 10).

A OIT realizou em Maio de 2010, na Holanda, uma Conferência Global com o tema “Towards a world without Child Labor”, em que determinava, em linha com as duas convenções da OIT, a eliminação das piores formas de trabalho infantil. Nestas convenções determina-se:

- Minimum Age Convention n. 138 – “which relates to labor performed by a child who is under the minimum age specified in the national legislation for that kind of work, and labor that jeopardizes the physical, mental, or moral well-being of a child”;
- Worst Forms of Child Labor Convention n. 182 – “which covers unconditional worst forms of child labor, internationally defined as slavery, trafficking, debt bondage and other forms of forced labor, forced recruitment for use in armed conflict, prostitution and illicit activities” (Morrow, 2010).

E quais são os tipos de trabalho que são de carácter perigoso e explorativo para as crianças? De acordo com Boyden (1994: 2), é considerado abusivo e perigoso o trabalho que envolve uma, ou mais, das seguintes características:

- A inexistência de remuneração, ou uma remuneração inadequada do trabalho desempenhado;

- Longas horas de desempenho de atividades relacionadas com o trabalho e pouco tempo de descanso ou férias;
- Condições de trabalho pouco saudáveis;
- Tratamento abusivo por parte do empregador;
- Acesso insuficiente a cuidados de saúde e educação;
- Fraca representatividade e proteção legal.

Determinadas quais são as piores formas de trabalho, volta-se à discussão sobre qual o termo relativo ao trabalho infantil que deve ser usado (work/labor). White (1996) oferece uma resposta explicando o facto de os termos, quando traduzidos para a maior parte das línguas do mundo, não terem distinção. Desta forma, o autor propõe o abandono do termo '*child work*' (emprego infantil), e sugere que os investigadores se concentrem em compreender o fenómeno de '*child labor*' - nesta investigação traduzido por "trabalho infantil" - para definir todas as atividades desempenhadas pelas crianças, mesmo as que não são geradoras de rendimentos, mas que contribuem, de alguma forma para a sobrevivência, reprodução e bem-estar da família.

De acordo com Kielland & Tovo (2006), 51 por cento dos africanos são crianças (ou seja têm menos de 18 anos), e quase um terço delas (31,9%) são economicamente ativas. No entanto estes autores referem que apesar de a maioria a nível mundial ser atingida aos 18 anos, a maior parte dos estudos sobre trabalho infantil concentra-se no grupo etário entre os 7 e os 14 anos, o que sugere que o "trabalho dos adolescentes, não deveria ser propriamente considerado trabalho infantil" (Kielland & Tovo, 2006: 1).

Kielland & Tovo (2006, p. 2) explicam que a Organização Mundial do Trabalho, define o trabalho infantil de acordo com a "Convenção da Idade Mínima":

- Dos 5 aos 11 anos: todas as crianças envolvidas em atividades económicas (a organização não inclui tarefas domésticas como uma atividade económica);
- Dos 12 aos 14 anos: todas as crianças envolvidas em atividades económicas, exceto as que têm um trabalho leve definido em cerca de 14 horas semanais e que não põe em causa a segurança, a saúde e o desenvolvimento moral da criança;
- Dos 15 aos 17 anos: todas as crianças nas piores formas de trabalho infantil, entre elas: escravatura, tráfico, trabalhos forçados, prostituição, crianças-soldado e crianças

envolvidas em atividades criminosas, que ponham em causa a segurança, saúde e integridade destas crianças.

De acordo com Basu & Das & Dutta (2010: 10), entende-se por trabalho infantil todas as atividades desempenhadas pelas crianças, dentro e fora de casa, e que contribuem para a economia do agregado familiar, “ (...) include domestic work that consists of chores done inside the house as well as work done for the house hold but outside the home (...) ”. Estes autores explicam a importância da inclusão do trabalho doméstico na definição do conceito de trabalho infantil, pois, este tipo de trabalho revela uma estratégia familiar para lidar com as imperfeições do mercado de trabalho adulto, “one way for households to respond to imperfection in the adult labor markets, which makes hiring of outsiders difficult, is to make the easy substitution of adult labor by child labor for domestic purposes”.

Basu & Tzannatos (2003) explicam que uma das grandes dificuldades, relativamente à análise do trabalho infantil, prende-se com o facto de a maior parte dos estudos não considerarem as atividades domésticas e realizadas nos negócios da família como trabalho. Os autores explicam que existe uma necessidade de se incluir todas as atividades desempenhadas pelas crianças como trabalho para que seja possível analisar as horas em que a criança está ocupada a desempenhar tarefas que não são nem estudo nem lazer.

Nesta investigação, entende-se por trabalho não só as atividades remuneradas, mas todas as atividades que sejam geradoras de um e qualquer tipo de produto, serviço ou rendimentos. Considera-se que a distinção operada por alguns autores anglófonos entre *child labour* e *child work*, e que está relacionada com os diferentes tipos de trabalho que as crianças desempenham, (White 1996: 10) não é pertinente para esta investigação pelo facto de as crianças abordadas neste estudo não desempenharem nenhum tipo de trabalho forçado, explorativo ou que ponha em causa a sua segurança e bem-estar.

Optamos assim por esta perspectiva e consideramos como trabalho infantil o conjunto de atividades domésticas ou económicas desempenhadas por crianças. O conceito de trabalho infantil que se utiliza engloba por isso as atividades desempenhadas pelas crianças, dentro e fora de casa, que contribuem para os rendimentos e sobrevivência do núcleo familiar.

2.4. O trabalho infantil como processo de socialização: a problemática do trabalho infantil e o impacto no futuro das crianças

Kielland & Tovo (2006) apontam para o facto de nem todo o trabalho infantil ser perigoso e/ou explorativo, e que por isso se deve ter cuidado e analisar o contexto em que as crianças trabalham. Estas autoras explicam que nas sociedades africanas, o uso da mão-de-obra infantil para várias tarefas, incluindo as domésticas, faz parte do processo de socialização das crianças e referem que as práticas de trabalho infantil não são “um mal africano” mas de algo comum à história de muitas sociedades:

O trabalho infantil deve ser entendido de acordo com o contexto em que as famílias vivem, e deve ter-se em conta que nos meios rurais e urbanos africanos, e ao contrário do que aconteceu no Ocidente, não existiram as transformações económicas que permitiram o desenvolvimento do Estado Social. Os baixos níveis de desenvolvimento em África e a falta de condições materiais não permitem às famílias dispensar a ajuda que o trabalho das crianças representa para a sobrevivência e à reprodução social da família (Costa, 2009: 14).

De acordo com Costa (2009), o trabalho que estas crianças desenvolvem confere-lhes, em muitos casos, uma forma muito concreta de aprendizagem de um conjunto de saberes que permite o desenvolvimento de atividades que são importantes recursos económicos. Mas este trabalho infantil retira às crianças tempo para se dedicarem às atividades escolares e por isso também contribui para diminuir o leque de oportunidades futuras. Ao mesmo tempo, numa sociedade como a de Maputo onde impera a “informalidade” e o “desenrasque” e onde o emprego formal é reduzido, o trabalho destas crianças permite-lhes obter conhecimentos que lhes serão úteis no seu futuro pois provavelmente continuarão inseridas no sector informal. De acordo com a psicóloga D. P.:

“De vários estudos constata-se que as crianças em Moçambique, bem como noutras partes do Mundo, gostam de ajudar, de seguir um modelo de referência na sua aprendizagem, desde a sua tenra idade nas tarefas domésticas e na produção agrícola, indistintamente do seu género, mas depois podem tornar-se mais seletivas, conforme o padrão que lhes são transmitidos sobre a divisão com base no género ou de capacidades físicas ou ainda a proteção das crianças mais novas e das raparigas. Através de estratégias familiares que envolvem respeito, cumplicidade, responsabilidades, todos os membros participam entre si com o objetivo de “desenrascar” da pobreza” (Psicóloga/Educadora da Organização WonaSanana).

Basu, Das & Dutta (2010) explicam, através de estudos desenvolvidos no Gana e no Paquistão, que os agregados familiares que têm os seus próprios negócios são os mais propícios de colocar as crianças a trabalhar. Referem ainda como causas do trabalho infantil, a imperfeição do mercado que dificulta o emprego dos adultos da família e a falta de escolaridade dos familiares responsáveis pelas crianças. Os autores concluem neste estudo que a maior parte das crianças está envolvida em alguma atividade, e que a maioria vai à escola. No entanto devido às atividades que realizam, dentro ou fora de casa, as crianças não têm tempo para se dedicarem aos estudos.

Este facto, muito importante no âmbito desta investigação, foi confirmado durante a pesquisa desenvolvida no terreno. As crianças que contactámos frequentam a escola mas não demonstraram, através dos seus discursos, dedicarem o tempo que estão em casa aos trabalhos escolares mas sim, aos trabalhos domésticos e às atividades económicas da família. Um das professoras contactadas referiu o seguinte sobre este assunto:

“Sobre o impacto das atividades extra que as crianças fazem para ajuda da renda das famílias, de facto, nota-se que isso tem algum impacto negativo no seu desempenho como alunos na escola porque isso lhes rouba tempo para o descanso e, para as suas revisões das lições em casa. Na escola eles recebem trabalhos para casa, mas na maior parte das vezes as crianças não realizam os trabalhos de casa e de uma maneira negativa isso faz-se sentir no seu rendimento. Na maior parte das vezes são crianças que têm tido dificuldades para o seu desempenho na escola porque não tem tempo suficiente para rever as lições ou chegam à escola cansados. Aqui na nossa escola, por exemplo, o 3º ciclo funciona no período de tarde então se as crianças realizam essa atividade, de tomar conta das bancas ou apoiar outro tipo de negócios dos pais, realmente chegam aqui cansados, não repousaram, alguns não tiveram tempo para almoçar, de fazer o trabalho de casa, e não tem o desempenho esperado” (Professora T.F.).

Os governos africanos, de acordo com Bass (2004), falham em não perceber que o trabalho infantil não só perpetua a pobreza, como dificulta a entrada destas crianças, no futuro, num mercado global altamente tecnológico. Isto porque estas crianças não tiveram a educação e formação tecno-profissional necessária para uma competição justa e equilibrada a nível global. Esta situação resulta na perpetuação de sociedades africanas de baixos rendimentos e baixos padrões de vida.

O facto de as crianças africanas na sua maioria trabalharem, em alguns casos durante as mesmas horas que um adulto, faz com que muitas delas acabem por desistir da escola. Esta situação irá mais tarde resultar na dificuldade em conseguir um emprego com rendimentos

altos que lhes permita ter acesso a melhores condições de vida, estatuto social e independência económica (Bass, 2004; Basu & Tzannatos, 2003).

Esta relação, em que a pobreza perpetua o trabalho infantil, da mesma forma que o trabalho infantil perpetua a pobreza revela a extrema necessidade de se estudar o trabalho infantil de forma diferente do que se tem feito até hoje (Bass,2004). Importa por isso centrar a atenção em estudos sobre o trabalho das crianças africanas no seu dia-a-dia.

Bass (2004) discute a problemática da pobreza nas sociedades africanas referindo-a como fator que obriga as crianças a trabalharem. De acordo com a autora, os países africanos são considerados os mais pobres do mundo, e nestas sociedades o trabalho infantil é mais comum que em outras partes do mundo. A dívida externa acentuada dos países africanos impossibilita os governos de canalizar fundos para questões sociais, deixando a cargo das populações essa responsabilidade. Estas, por seu turno, incapazes de sobreviver com apenas uma ou duas pessoas a trabalhar têm de recorrer cada vez mais às crianças e ao apoio económico conseguido através das suas atividades. “Hundreds and thousands of the developing world’s children have given their lives to pay their countries’ debts” (Bass, 2004: 53).

A desigualdade que existe no sistema económico de troca e comércio a nível internacional, afeta de várias formas as crianças. As que trabalham nos países mais pobres são afetadas pela desigualdade a nível mundial, entre os países mais ricos e os mais pobres, pois o seu trabalho na produção de bens e serviços é desvalorizado nas trocas a nível internacional. Esta situação aliada à fraca e pouco efetiva legislação nos países africanos para proteger os sectores em que as crianças estão envolvidas (a agricultura, o comércio informal e o trabalho doméstico), perpetua não só a desvalorização do trabalho das crianças como a falta de proteção aos seus direitos e situações de segurança.

Tudo isto, de acordo com Bass (2004), aliado à incapacidade da maior parte dos governos africanos em oferecer soluções institucionais para a educação das crianças, deixa-as à mercê da sua própria sorte e sobrevivência. O resultado é visível, a maioria das crianças africanas apesar de frequentar a escola não continua com os estudos após o ensino secundário e muitos não chegam a terminá-lo. Esta situação ocorre em Moçambique e uma das professoras contactadas referiu o seguinte:

A maior parte das crianças moçambicanas nem chegam a níveis superiores, até para terminarem a 12ª classe é a muito custo. Depois ficam entregues à sua própria sorte, pois não tem uma formação que lhes ajude a procurarem bons empregos, acabam por fazer o mesmo que os pais,

vários tipos de comércio e negócios que não lhes permitem ter um futuro garantido nem sair da pobreza do dia-a-dia. (Professora T.F.)

De facto, muitas destas crianças, por não terem acesso a uma escolarização completa, acabam por tirar algum proveito do facto de ajudarem os pais e outros familiares, aprendendo técnicas e práticas que lhes podem ser úteis mais tarde para encontrarem uma profissão, e assim, terem alguma oportunidade de emprego. “For the child of a poor craftsman, the proposition that it is better to learn the parents craft then go to school is not something that can be dismissed out of hand” (Basu & Tzannatos, 2003: 160).

Por outro lado, autores como Basu & Tzannatos (2003) defendem, de acordo com a teoria do ‘Modelo Básico’, que a criança que trabalha e estuda pouco, terá maior probabilidade de crescer e tornar-se um adulto pobre, e que os filhos dessa criança também irão trabalhar perpetuando a relação entre pobreza e trabalho infantil para outras gerações (Basu & Tzannatos, 2003: 154).

As legislações do trabalho infantil elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho definem que o trabalho leve é aceitável até certas idades (14 anos) e que o trabalho mais difícil deve ser evitado até aos 18 anos. No entanto, estas leis falham em perceber que é muito difícil no contexto africano a definição da “idade para trabalhar”, pois muitas crianças não sabem a sua idade, data de nascimento e nem detêm documentos. As leis do trabalho infantil são essencialmente, elaboradas com base na realidade de alguns países ocidentais e na definição de infância nesses contextos. O trabalho infantil visto como um problema social, construído como uma situação não aceitável, discrimina e negligencia as crianças envolvidas, e impede que se estudem os vários elementos que contribuem para esta situação.

2.5. Economia informal e Mercados informais

O recurso à economia informal na África Subsariana tem-se revelado uma solução utilizada pela população para a sua subsistência e sobrevivência e uma estratégia para fazer face à incapacidade do sector formal em proporcionar oportunidades de emprego.

A economia informal é definida por Queiroz (1999) como “um vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente, ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público (...)”. Omarildo Silva (p.11) explica, no seu trabalho de investigação sobre o impacto da Economia Informal no processo de desenvolvimento da África Subsariana, alguns aspetos importantes deste sector na África Subsariana, começando

por realçar a importância da economia informal como fonte de empregos e de geração de rendimentos para milhares de famílias pobres. O autor aponta algumas das principais características deste sector, entre elas:

- Mercado legal, com práticas económicas ilegais ou semilegais;
- Os trabalhadores não têm qualquer vínculo laboral;
- Economia informal é uma forma de sobrevivência social;
- É constituída por pequenas empresas ou atividades domésticas;
- É praticada maioritariamente por mulheres;
- Os rendimentos não são contabilizados.

Lopes (2001) explica que os mercados informais são os espaços de realização de comércio retalhista de carácter informal e que o sector informal é composto por atividades económicas legais realizadas por agentes económicos ilegais e engloba a pequena produção mercantil, os transportes, o pequeno comércio, os mercados informais, a prestação de serviços e as atividades de intermediação financeira.

Entende-se aqui, por sector informal da economia, as atividades geradoras de rendimentos, que não são reguladas pelos Estados, em países aonde o Estado controla atividades similares (Roberts, 1994 in: Costa e Biza, 2012: 113). No caso específico desta investigação, englobam-se dentro deste sector todas as atividades que representam algum tipo de organização económica mas cujas atividades não são contabilizadas nas estatísticas oficiais dos países (Navalha, 2000 in: Costa & Biza, 2012: 113).

De acordo com Chen (2003) o enfoque dos estudos elaborados recentemente sobre o sector informal deixou de ser apenas nas ‘empresas informais’ e passou a ser também sobre a natureza do ‘emprego informal’ cujas características, são: empregos sem contratos de trabalho seguros, inexistência de benefícios de trabalho, carência de proteção social. De acordo com esta autora, a produção e o emprego no sector informal, apesar de serem revestidos, na maior parte dos casos, de carácter semilegal ou ilegal, representam o comércio e distribuição de bens e serviços que são legais.

Lopes (2001), baseado no seu estudo sobre um mercado informal em Luanda, resume a definição de mercados informais, como espaços em que se realiza o comércio retalhista informal. Em Maputo são considerados “mercados informais”, todos aqueles que não foram instalados pelo Concelho Municipal. São espaços de comércio que se foram “criando”

arbitrariamente pelas ruas e em vários locais da cidade, constituídos por bancas improvisadas com estacas ou outros materiais, vendedores ambulantes e *barracas*⁷. Os trabalhadores destes mercados, à semelhança dos vendedores dos mercados ditos ‘formais’, não possuem contractos de trabalho nem segurança social.

Neste sentido, o que diferencia o comércio informal do formal em Moçambique relaciona-se com o espaço em que as trocas comerciais são feitas. Ou seja, existem mercados construídos pelo Conselho Municipal que são formais e as bancas que se vão formando nas ruas e fora dos mercados municipais constituem os ‘mercados informais’. Esta mesma distinção ocorre no bairro de Magoanine C..

Neste bairro o mercado construído pelo Concelho Municipal e que possui algum tipo de planeamento, condições sanitárias e que tem um protocolo (conjunto de regras relativamente à compra e à venda dentro do mercado) é “formal” e o mercado que se formou fora das portas do mercado municipal, sem qualquer tipo de planeamento e condições (as ditas bancas) é “informal”.

⁷ “Barracas” são pequenos estabelecimentos comerciais, feitos de contentores e outros de materiais locais.

3. O CONTEXTO MOÇAMBICANO

3.1. Breve contextualização socio económica

Para contextualizar o trabalho infantil e o seu impacto na vida das crianças em Moçambique, convém analisar de uma forma breve, a realidade económica, cultural e social do país.

Moçambique, de acordo com Brito, Castel-Branco, Chichava e Francisco (2010, 20-21), apesar do seu notável crescimento económico e estabilidade política, social e cultural, é ainda um dos países mais pobres do mundo.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 Moçambique ocupa o lugar 184 sobre 187 (índice de desenvolvimento humano em 2011), em 2012 a esperança média de vida à nascença era de 52,8 anos, a taxa de alfabetização de adultos era de 56,1 por cento (em 2010) e o PIB *per capita* era de USD \$576 em 2012⁸. De acordo com o mesmo relatório, Moçambique tem um total de 23, 7 milhões de habitantes dos quais 31 por cento vivem em áreas urbanas e 69 por cento em áreas rurais. O número de crianças por mulher é de 5,5 e o crescimento populacional de 2,8 por cento (em 2012).

Estes valores revelam que mais de metade da população continua analfabeta e que vive ainda numa situação de pobreza absoluta, o que representa um impasse ao desenvolvimento do país. De acordo com os autores Francisco, Ali & Ibraimo (2011), devido às preocupações para combater a pobreza em Moçambique, o Governo tem vindo a lançar várias medidas de carácter social, nomeadamente em termos da educação e da saúde, ao nível da promoção da igualdade entre géneros e da promoção dos Direitos da Criança. Como discutem Francisco, Ali & Ibraimo (2011: 13), Moçambique encontra-se entre os 12 países mais pobres do mundo com cerca de 80 por cento da população moçambicana classificada como pobre, “Moçambique entrou assim na segunda metade do séc. XXI, com um efetivo de 18 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza (...)”.

Francisco, Ali & Ibraimo (2011: 22, 23) explicam que em termos económicos o Estado Moçambicano é caracterizado por uma espécie de *bazar económico* composto por uma relação entre a economia formal e legalmente registrada e uma crescente informalidade da economia que engloba as economias de subsistência, a informal, a não registada mas socialmente aceitável e a economia ‘oculta’ ou ilegal. “Considerando as elevadas proporções de informalidade ao nível dos principais fatores de produção, pelo menos 75 por cento do

⁸ Dados fornecidos pelo Mozambique Quickfacts 2012, Unidade de Análise de Políticas e Economia PNUD Moçambique, Julho de 2012: undp.org.moz.

mercado dos fatores terra, trabalho e capitais, desenvolvem-se mais ao nível informal do que formal”.

De acordo com estes autores, e com base no último censo populacional do INE (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique), em 2007, a população moçambicana economicamente ativa, ou seja entre os 15 e 64 anos⁹, rondava os 10,6 milhões, 51 por cento da população total. De acordo com os dados do INE, em 2005, apenas oito por cento da população está empregada na base laboral formal, contra 17 por cento de desempregados e 75 por cento envolvidos em atividades informais (Francisco, Ali & Ibraimo, 2011: 25).

Francisco, Ali & Ibraimo (2011: 31) explicam ainda que 14 milhões de crianças e adolescentes, entre os 7 e os 14 anos de idade, exercem algum tipo de atividade económica, “ (...) existem mais de 1,3 milhões de crianças e adolescentes nas idades dos 7 anos aos 14 anos a contribuir para a atividade produtiva familiar (...)”, e que o número elevado de crianças em Moçambique está relacionado com a “ (...) persistência da elevada fecundidade (ter muitos filhos), visto que os sistemas financeiros e de proteção social modernos mostrarem-se incapazes de substituir os antigos fluxos de riqueza entre gerações e outros mecanismos de segurança social”.

Apesar das medidas de proteção do governo serem ainda de fraca cobertura, existe em Moçambique uma crescente preocupação com as necessidades sociais da população tendo em conta que estas trazem grandes benefícios no combate da pobreza, risco e vulnerabilidade e estimulam o crescimento económico e o desenvolvimento. Um dos professores contactados referiu o seguinte sobre este assunto:

“Há leis para a família que não conseguem suportar as despesas da escola, da matrícula, de ajuda. Eles devem deslocar-se à primeira instância do bairro e apresentar a sua condição e esse documento vai à direção distrital da ação social, depois lá eles dão isenção. Isso existe sim, o problema é que muitas pessoas não sabem, não há muita dessa informação disponível, e nota-se uma falta de divulgação das leis”. (Professor C. G.)

Brito, Castel-Branco, Chichava e Francisco (2010) defendem a necessidade de se solucionar a pobreza através do desenvolvimento do capital humano, ou seja, através da educação e alfabetização da população, atribuindo uma importância fundamental à promoção e enriquecimento do indivíduo como condição para combater a pobreza nacional. Com base nisto, a escolarização, a formação profissional e a saúde aumentam o valor do indivíduo na

sociedade e no mercado de trabalho, criando mais emprego e melhorando a condição de vida da população.

Hanlon e Smart (2008) levantam algumas preocupações no que respeita ao crescimento económico de Moçambique, evidenciando que os dez anos de um crescimento económico notável não trouxeram melhorias económicas à maioria da população e traduzem esta constatação através da metáfora “*apesar de existirem mais bicicletas a maior parte dos Moçambicanos ainda anda a pé*”.

3.2. Urbanização e os mercados informais nas cidades africanas: caso da cidade de Maputo, os dumba-nengues

Segundo Knauder (2000), a urbanização pode traduzir-se no aumento significativo de habitantes no centro urbano, no desenvolvimento de recursos e de tipos de habitação específicos (na maior parte dos casos prédios), no aumento de certos tipos de infraestruturas e facilidades sociais (transportes, comunicações, abastecimento de água e energia elétrica, saneamento, escolas, hospitais) e na intensificação da indústria, comércio e serviços.

Nos países desenvolvidos, o processo de urbanização das cidades têm-se traduzido pelos critérios apontados pela autora, no entanto, em África, devido ao seu passado colonialista e à incapacidade económica da maior parte dos Estados, os processos de urbanização aconteceram de formas distintas. Desde o período das independências à abertura das economias africanas para o mercado mundial, África foi talvez o continente que mais sofreu com a constante abertura de mercados e fronteiras a nível mundial devido à fraca produção para exportação e ao baixo nível de competitividade em termos de recursos capitais.

Cada sociedade atravessa assim, o seu próprio processo de transformação e mudança. Nas sociedades africanas a intensificação urbana foi marcada pelo afluxo rural na era pós-independências e nos pós-guerras, e em Maputo registou-se o mesmo. A cidade de Maputo tem vivido, desde então, um intenso aumento da taxa de urbanização, resultado do crescimento populacional provocado pelo afluxo de indivíduos vindos dos meios rurais à cidade e pelo crescimento natural em meio urbano.

Em Maputo, segundo Colonna (2012), na década de 1980-1990 registou-se um aumento muito significativo da população, resultado das migrações de pessoas que fugiam da guerra e que vinham do meio rural em busca de melhores condições de vida e mais segurança nos centros urbanos. Na década de 90 as condições de vida desta população recém-chegada deteriorou-se ainda mais com a implementação dos programas de ajustamentos estruturais que

resultaram no aumento de atividades económicas informais de forma a combater o colapso das oportunidades de emprego formal, aumentou muito o custo de vida e a falta de serviços básicos e deterioraram-se as condições de vida da população que viviam nos assentamentos informais.

Pelas ruas da cidade de Maputo multiplicaram-se os mercados, as bancas improvisadas, as malas e as carruagens de mão e os comerciantes a vender todo o tipo de bens e mercadorias. A cidade, ao longo dos anos, foi ficando marcada por uma drástica desigualdade entre zonas habitacionais, marcada por disparidades económicas e sociais: de um lado a zona central da cidade que apresenta características semelhantes às dos centros urbanos dos países industrializados; e por outro, as áreas suburbanas caracterizadas pela ausência de planeamento urbano e elevada densidade populacional. Esta estrutura dualista atual da cidade, herança do colonialismo, é comum a muitas cidades africanas, cidades divididas em dois espaços: o “cimento” outrora habitado pelos antigos colonos, e do “caniço” habitado na época colonial pelos nativos.

A acelerada urbanização, o crescimento populacional e as crises políticas, económicas e sociais que se verificaram no país incapacitaram o Estado de promover as tão esperadas e procuradas melhores condições de vida bem como em responder às novas necessidades urbanas. Pelo contrário, o que se registou foi um aumento da taxa de desemprego, pobreza, precariedade de vida, criminalidade, corrupção e o crescimento do sector informal de trabalho que engloba as atividades económicas de subsistência familiar, e todas as atividades económicas que não possuem legislação nem estão registradas, como sejam o comércio ambulante e o comércio que acontece nos *dumba-nengues*¹⁰.

Face a este cenário, os residentes urbanos viram-se obrigados a recorrer a novas estratégias, especialmente a nível familiar, que lhes pudessem proporcionar o que o Estado não é capaz. As famílias assumem assim novas identidades familiares, reproduzindo-se socialmente e adaptando-se às suas novas realidades (no caso dos migrantes do meio rural para a cidade: aos modos de vida urbanos) como forma de contornar a precariedade da realidade em que vivem (Potts, 1997). Na sua maioria, voltam-se para as suas antigas práticas tradicionais, reinventando e adaptando antigas formas de organização e subsistência, recorrendo à sua criatividade pra produzir bens e serviços e assim obterem mais recursos e

¹⁰ Nome atribuído, em Moçambique, aos mercados informais e áreas de grande concentração de comerciantes informais.

rendimentos bem como alargar as suas redes sociais e aspirar a melhores condições de vida (Quintela & Piteira, 2001).

De acordo com Lopes (2001), o sector informal caracteriza a maior parte dos países Africanos devido à sua capacidade em produzir, empregar e distribuir rendimentos que garantem a sobrevivência da maior parte das populações. Esta situação relaciona-se com o facto de o sector formal, nestas sociedades, se mostrar incapaz de empregar a maioria da população ou de oferecer a possibilidade de mobilidade social e acumulação de capital. Assim o sector informal da economia desenvolve-se nas sociedades africanas como uma resposta das populações face à incapacidade do sistema formal em empregar a grande maioria da população.

Uma das principais estratégias familiares, tornada possível pela existência do sector informal é a diversificação de atividades económicas que tem como principal objetivo garantir rendimentos e recursos ao grupo familiar, e possibilita também a entrada no mercado de trabalho de membros das famílias que anteriormente não trabalhavam ‘fora de casa’, como sejam as mulheres, os idosos e as crianças (Potts, 1997).

Neste contexto, quantos mais membros de uma mesma família participarem em diferentes atividades económicas, maiores são as probabilidades de acesso a recursos e rendimentos. Nestas sociedades, uma das mais visíveis estratégias de sobrevivência e reprodução social revela-se na aderência ao mercado informal, que emprega vários membros da família e no qual podemos encontrar todo o tipo de trocas: “Tudo se vende e tudo se compra: uma sombra, um espaço numa arca congeladora, um conhecimento, uma informação, uma ideia...” (Costa & Rodrigues, 2008: 155).

3.3. A criança no contexto Moçambicano

“Os valores, o funcionamento e a estrutura de uma dada sociedade são representados de uma forma muito clara pelas possibilidades de vida que esta propõe às suas crianças tanto no presente como no futuro”. (Colonna, 2012: 33)

Colonna (2012), põe em evidência alguns dados estatísticos obtidos através de relatórios da UNICEF (2006, 2007 e 2011) que relatam as condições difíceis em que vivem as crianças em Moçambique: principais causas de morte infantil são doenças como a malária, infeções respiratórias e diarreias que poderiam ser tratadas se não fosse a falta de apoio, tratamentos e técnicos de saúde e hospitais públicos em Moçambique; 41 por cento das crianças, segundo o relatório de 2007, sofrem de má nutrição crónica, tornando-as mais suscetíveis a doenças infecciosas como o caso do VIH/SIDA e tuberculose; a privação de água e saneamento, vitais

para o desenvolvimento da criança são o que mais afetam as crianças moçambicanas, atingindo-as sobretudo no meio rural.

Em relação à situação da educação no país o relatório da UNICEF de 2007 refere que 83 por cento das crianças estavam matriculadas na escola primária, mas evidencia também a desigualdade existente entre as zonas rurais e urbanas, (há mais crianças matriculadas nos centros urbanos do que nos rurais), e entre sexos (há mais rapazes matriculados do que raparigas) e entre os níveis de pobreza dos agregados familiares (quanto mais possibilidades financeiras tiver o agregado maior a probabilidade de matricular as suas crianças nas escolas). Colonna refere ainda que mais de metade das crianças em idade escolar, pressionadas por múltiplos motivos, deixam a escola antes de concluir a 5ª classe, ficando, na maior parte dos casos em casa, a tomar conta dos irmãos mais novos ou de familiares doentes, ou a ajudar nas atividades económicas familiares.

Martins (2004: 150) discute a relação positiva entre o nível de educação de um indivíduo e o seu salário, e a relação entre maior nível de capital humano e as maiores taxas de crescimento económico. O autor explica, por outras palavras, que uma criança com educação tem mais capacidade para tomar decisões sobre o seu futuro e que tal lhe permite mais facilmente escapar à pobreza. “A educação permite aos pobres um melhor acesso aos mercados onde vendem os seus produtos assim como a possibilidade de romper a sequência de baixa capacitação – baixos salários – alta vulnerabilidade, que se reproduz geração atrás de geração.” (Martins, 2004: 152).

De forma semelhante Boyden (1994) que defende que é através da educação e formação profissional que acontece a transferência de conhecimentos técnicos necessários para que o indivíduo se sustente materialmente na sociedade em que está inserido, ao mesmo tempo que assegura uma governação responsável e democrática e um desenvolvimento socioeconómico para os países.

“Education produces the trained personnel needed to manage the economy; advances knowledge in pure and applied fields; and facilitates the better use of energy, the environment and human resources. At the individual level it provides better understanding of and access to the economic and social options available to society” (Boyden, 1994:2).

De acordo com Costa (2009), a relação entre a escolaridade e o trabalho infantil é problemática. Costa (2009: 1) refere autores (Ferreira, Silva & Hoelzel data) que consideram o trabalho infantil como um dos fatores que levam as crianças a abandonar a escola e que este

“compromete o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional e leva à anulação de projetos de vida e à desestruturação do mundo infantil: o mundo da liberdade converte-se no mundo do dever”.

Por outro lado, e ainda de acordo com Costa (2009: 2), outros autores (Schlemmer, Queiroz, Martinez, Honwana e Boeck e Comaroff e Comaroff) discutem a necessidade de se abordar o fenómeno do trabalho infantil tendo em conta o contexto e a realidade em que ele acontece. Estes autores discutem o facto de o trabalho infantil poder ter diferentes significados para os sujeitos envolvidos com base na realidade do seu quotidiano e das suas necessidades. Por outras palavras, o trabalho que as crianças africanas desenvolvem deve ser analisado tendo em conta os diferentes significados que a infância e o trabalho têm, na sociedade em que se está a estudar o fenómeno.

O trabalho infantil é portanto, considerado por alguns, como um fator que perpetua o fraco desenvolvimento das nações africanas, pois impede o crescimento das crianças num ambiente familiar e escolar e lança-as num mundo de trabalho precoce, que terá implicações negativas no seu futuro. Sem escolaridade serão poucas as probabilidades de ascensão social e melhores condições de vida. “Este tipo de trabalho contribuiria ainda para a manutenção de situações de subdesenvolvimento ao impedir o crescimento harmonioso das crianças e ao transmitir a precariedade à geração seguinte” (Rocha, 2000 in: Costa, 2009: 2).

Mas o facto é que muitas famílias africanas não possuem os meios para manter as crianças na escola sem que estas tenham, de alguma forma, de desenvolver algum tipo de trabalho ou atividade. Como refere a Professora entrevistada:

“Hoje em dia devido à conjuntura social dos problemas sociais que a sociedade atual enfrenta, de pobreza, de muitas carências, os pais acabam por ter de recorrer à ajuda dos seus filhos para realizarem e diversificarem os seus negócios e rendimentos, mas eles deviam pensar no futuro destas crianças. Qual é o futuro que estas crianças terão, se hoje perdem tempo nessas atividades ao em vez de estudarem? A formação do individuo começa em casa mas é na escola que se complementa”. (Professora T.F.)

Martins (2004) explica que apesar da escolaridade básica ser gratuita em Moçambique, os pais tem de pagar o material didático, os uniformes, as refeições, o transporte das crianças, a segurança da escola e a manutenção das instalações, algo que foi confirmado durante a pesquisa de terreno.

Ao mesmo tempo que as crianças precisam de trabalhar é necessário ter em consideração que “ (...) ao utilizar o seu trabalho, a família está a ameaçar a saúde física, a formação e o futuro da nova geração, condicionando por isso as estratégias de reprodução social” (González de la Rocha, Grinspun e Potts, in: Costa, 2009: 3). No entanto, e de acordo com Vieira (in: Costa, 2009: 14), o contributo das crianças está não só relacionado com as estratégias de sobrevivência, desenvolvidas pelas famílias como forma de combater as dificuldades económicas do dia-a-dia, mas assume também um papel fundamental em termos de reprodução social. “O trabalho realizado pelas crianças constitui uma forma muito concreta de aprendizagem de um conjunto de saberes que permitem a continuidade de atividades que constituem importantes recursos económicos da família (...)” (Vieira (2005) in: Costa, 2009: 14).

De acordo com Colonna (2012) a conceção tradicional moçambicana da criança é a de um ser que pertence não só aos pais como à família alargada. Este pensamento deriva de uma cultura nacional, e até africana no geral, coletivista, que divide as responsabilidades e privilégio de criar as crianças por todos os membros da família. É comum nas famílias moçambicanas as crianças serem criadas por irmãos mais velhos, parentes do sexo feminino com/ou sem filhos, ou por membros mais abastados da família. As crianças, na cultura moçambicana, são vistas como bens preciosos, daí a razão da maior parte dos casais terem tantos filhos, pois esta representa uma das principais formas de proteção social em Moçambique. Face à incapacidade do Estado Moçambicano em ajudar os mais pobres, a solução de ter muitos filhos deve-se ao facto de quanto mais crianças tiverem, mais força de trabalho existe para a sobrevivência da família que por sua vez “ (...) têm muitos filhos porque eles podem ser economicamente úteis” (Bass, 2004: 22).

Os pais, apesar de perceberem a necessidade da escolarização das suas crianças, para que estas possam ter acesso a melhores oportunidades de emprego no seu futuro, têm também de distribuir o tempo das crianças entre outras atividades para além das escolares, sejam elas domésticas ou comerciais. As crianças são assim reconhecidas pela família como ‘socialmente úteis’ pela ajuda vital que as atividades que elas desempenham proporcionam à economia familiar.

Em Moçambique, a Lei do Trabalho (2007), tendo em consideração a situação económica do país, permite que as crianças entre os 12 e os 15 anos possam trabalhar desde que o façam com a permissão de um dos seus progenitores ou responsáveis legais. Também as políticas da infância em Moçambique têm desenvolvido planos de proteção para as crianças, nomeadamente: o Plano Nacional de Ação para crianças, 2006-2010, que tem como objetivo a

proteção do bem-estar da criança (educação básica, saúde materno-infantil, ação social, e nutrição); o Plano de Ação para Crianças Órfãs e Vulneráveis que visa a incorporação de crianças, jovens, mulheres, idosos ou crianças de rua em instituições, e o fortalecimento de capacidades nacionais para apoio aos cidadãos mais desprotegidos. Por último em 2009 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança, criado em 2009, órgão condena, supervisiona, impulsiona e acompanha a implementação de políticas e programas para áreas relacionadas com as crianças. Tudo isto demonstra a preocupação e o interesse do Estado Moçambicano em combater a violação dos direitos da criança, apesar das dificuldades financeiras e institucionais resultantes do atraso económico que ainda assola o país (Colonna, 2012).

4. O CONTEXTO: O BAIRRO DE MAGOANINE C.

4.1. Caracterização socioeconómica e demográfica

O bairro de Magoanine C. fica situado a aproximadamente a 12 km a norte da chamada “cidade de cimento” (centro da cidade), no distrito urbano de KaMubukwana, cidade de Maputo. Este bairro formou-se no ano 2000, após as cheias que devastaram o país e que deixaram milhares de famílias desalojadas.¹¹

A zona do atual bairro de Magonine C, até ser ocupada pelas populações vítimas das cheias, era “mato” e não tinha nenhum tipo de urbanização. Com a necessidade de realojar as populações que haviam perdido tudo durante as cheias, o governo, alojou neste bairro famílias vindas de vários bairros afetados.

“O bairro nasce a 10 de Janeiro do ano 2000, por consequência das chuvas que caíram nesse ano e que inundaram muitos bairros da cidade de Maputo. Então o governo viu a necessidade de se localizar um sítio mais acima para albergar todas as pessoas desalojadas que haviam perdido as suas casas devido às cheias. O Concelho Municipal na altura, o presidente era o já falecido Artur Canana, veio falar com a rainha deste bairro e pediu-lhe a cedência deste terreno, isto aqui era mato e a 10 de Janeiro desse mesmo ano começaram a chegar as populações afetadas pelas cheias, foram 70 famílias que chegaram primeiro e depois foram chegando as outras vindas de vários bairros”. (Secretário do bairro, R. L.)

No início as famílias foram alojadas em tendas, fator que lhe deu a designação informal do bairro e que predomina até hoje, *Matendene*, que em changana (língua local) significa “sítio das tendas”:

“Este bairro chama-se Magoanine C, mas ficou conhecido como Matendene, porque quando fomos reassentados vivíamos em tendas e só se viam tendas”. (Secretário do bairro, R.L.)

Quanto ao número de habitantes e crianças no bairro o Secretário do bairro, R. L. refere:

¹¹ Consultado a 20/05/2013: <http://www.verdade.co.mz/nacional/21796-matendene-um-bairro-em-expansao>.

“Dados oficiais são 31 mil e 234 habitantes, esses são dados oficiais do censo do ano de 2007, desse número aproximadamente 16 mil são do sexo feminino e 14 mil são do sexo masculino. Quanto ao número de crianças (...) normalmente as famílias moçambicanas, e as africanas no geral têm por volta de 4/5 crianças por casal, portanto pelas minhas contas eramos cerca de 7 mil e qualquer coisa famílias que existíamos aqui nessa altura, portanto fazendo as contas, 4/5 crianças por cada uma dessas 7 mil famílias”.

A maioria da população que reside em Magoanine C. é oriunda dos bairros limítrofes da capital do país, com destaque para Luís Cabral, Jardim, Inhagoia, 25 de Junho, George Dimitrov (Benfica), Polana Caniço, Chamanculo e Hulene. Este bairro é assim produto de processos sucessivos de realojamento e por isso nele habitam populações provenientes de várias partes do país. Este agrupamento de pessoas, de diferentes pontos, deve-se, para além das cheias de 2000, ao alargamento do cemitério da Lhanguene bem como à construção de novas infraestruturas em diferente bairros de Maputo que obrigaram a processos de realojamento.

O bairro Magoanine C. tem três escolas primárias completas (da 1ª à 7ª classe), nomeadamente a EPC (Escola Primária Completa) 10 de Janeiro, a Escola Artur Canana e a Escola Mártires de Mbuzineque. Este é um bairro marcado por problemas sociais, pelo comércio informal e pelo uso da mão-de-obra dos mais novos no mercado informal, como informa o chefe do quarteirão nº 37:

“Há muita mãe solteira aqui no bairro ou porque separou ou porque enviuvou, ela é responsável pelo filho, é pai e mãe, ela tem de desenrascar para pôr comida na mesa. Uma criança com idade de 12, 13 anos já tem capacidade para fazer contas e saber quanto custam as coisas, então começa a participar nos rendimentos da casa muito cedo, a ajudar nos negócios da família. As crianças ajudam a casa, e a família. Tem muitos casos de homens que tem duas famílias, e casos de crianças que são órfãs de pai e mãe e são responsáveis pelos irmãos mais novos, como o caso do meu vizinho que morreu e não tinha mulher, os filhos ficaram sozinhos. Continua também muita emigração dos jovens e dos homens para a África do Sul ou para trabalhar nas minas ou para vender lá nos mercados grandes. Alguns voltam, outros tornam-se bandidos lá, metem-se naquela vida de cidade grande, quando voltam são diferentes, já fumam, bebem”. (Chefe de Quarteirão V.J.)

“Muitas famílias neste bairro são órfãs, de mãe, de pai, filhos e pais que morreram na África do Sul, nas minas, outros morreram de VIH, também muitos morreram na guerra, nas cheias, de

doenças como malária, tuberculose e cólera, muitos emigraram e não voltaram mais, especialmente os que vão para a África do Sul. Muitas crianças nem mãe, nem pai têm, vivem na base do negócio em casa de familiares, vizinhos ou amigos. Muitas famílias não tiveram condição, a maior parte dos pais destas crianças não estudou. Muitos pais não sabem por isso, nem dar medicamentos aos filhos porque não sabem ler”. (Professor C.G.)

De acordo com o Secretário do bairro:

“As famílias, na sua maioria trabalham, não temos uma estatística, mas sabemos que desenvolvem mais atividades comerciais numa situação de economia informal, nos mercados, bancas em casa, vendem na rua, e fazem outro tipo de negócios também, muitos dedicam-se à agricultura, várias famílias tem machambas”. (R.L.)

Neste Bairro existe um hospital, dois mercados que foram construídos pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo, associações de cariz social e de apoio financeiro, uma esquadra policial, um Gabinete de Apoio à Mulher e à Criança e uma associação desportiva. O bairro tem ainda o espaço onde trabalha o Secretário do Bairro. Este representa a figura de autoridade do bairro e é o responsável administrativo que atua com o objetivo de resolver alguns dos conflitos e transmitir as necessidades da população ao Conselho Municipal.

O mercado escolhido para conduzir esta pesquisa foi o Mercado Municipal de Matendene, assim conhecido por ser o primeiro no bairro a surgir aquando da chegada das primeiras populações. Nessa fase inicial de alojamento das famílias no bairro, o mercado era composto por bancas e barracas e só mais tarde deu lugar ao mercado que hoje existe, com muros, bancas, instalações sanitárias e uma administração. O mercado Municipal de Matendene, inaugurado no dia 5 de Junho de 2008, é composto por 800 bancas mas apenas 340 estão ocupadas por vendedores.

A peculiaridade deste mercado é que, fora das suas portas existem bancas, vendedores ambulantes, quiosques improvisados e *t'chovas*¹², que apesar de separados pelas portas do mercado municipal funcionam num espaço e sob uma administração comum. De acordo com informações do fiscal do mercado, as bancas, as barracas e os vendedores que estão fora das portas do mercado municipal também pagam uma taxa para poderem praticar o comércio nessa zona. Curioso é o facto de dentro do mercado se pagar a mensalidade de três meticais e

¹² Carros de mão feitos em ferro com apenas duas rodas. Muitos vendedores utilizam estes carros para transportar as mercadorias, o que facilita o comércio ambulante.

fora do mercado se pagar cinco meticais mensais. Uma das dúvidas que precisava ser esclarecida, relaciona-se com o motivo pelo qual as pessoas vendem fora do mercado e não dentro do espaço onde as bancas são cimentadas, aonde existe um poço com torneira, casas de banho e teto. Questionados sobre este assunto, um dos administrativos entrevistados afirmou:

“Os porquês da aglomeração das pessoas à volta do mercado em vez de dentro do mercado, bom, é uma caça ao dinheiro, é a resposta que posso dar, ao em vez de o cliente caminhar para o mercado acha que vale mais comprar logo ali nas bancas que estão fora porque é mais perto. Mas o preço dos produtos é o mesmo e também, os vendedores que escolhem vender fora tem isso em consideração, isso e o facto de que muitos já tinham as suas bancas ali, antes do mercado municipal existir, então escolheram ficar no mesmo sítio em vez de ocupar uma banca lá dentro do mercado municipal, contribuindo para uma aglomeração de bancas cá fora. Não é ético, mas é comum por todo o país, eles, os vendedores que vendem fora e dentro das portas do mercado municipal pagam praticamente as mesmas taxas, o que é injusto, não devia ser assim. As pessoas que vendem fora deveriam ser penalizadas porque este é o segundo grande mercado que temos no país, então as pessoas deviam ser penalizadas (com uma taxa mais alta) para serem obrigadas a venderem dentro do mercado onde existem as condições necessárias para ter um mercado organizado e limpo, com um comércio justo para todos, pois em termos de negócio faz mais vendas quem está fora do que está dentro, e isso não está certo. Estão a vender em sítios impróprios sujeitos à chuva, calor, à poeira, fumos dos transportes, que deterioram os produtos, na sua maioria alimentares”. (R.L.)

Durante o período de pesquisa, muitos vendedores, que têm a sua banca dentro do mercado municipal, queixaram-se do facto do negócio ser mais fraco dentro que fora do mercado. Circulando pelos mercados, é possível observar a diferença entre estes espaços. A tranquilidade e o silêncio dentro do mercado municipal contrastam fortemente com a movimentação e agitação causada pela quantidade de pessoas e vendedores que deambulam fora das portas do mercado. Para esta agitação contribuem as barracas onde se vendem bebidas alcoólicas com a sua música estridente e o movimento contínuo de pessoas junto à paragem dos “chapas”¹³ que existe na zona.

Analisando o testemunho do secretário do bairro R.L. é possível compreender que o motivo que explica a preferência dos vendedores pelo mercado da rua. Quando o mercado

¹³ *Chapa* - nome atribuído, em Moçambique aos transportes coletivos privados. Dado a falta e mau funcionamento dos transportes públicos em Moçambique este tipo de transporte, é muito procurado pela população.

Municipal de Matendene foi criado, já o comércio informal ocupava essa zona e os hábitos criaram-se:

“O primeiro mercado que surgiu foi aqui nesta zona, e havendo necessidade de se organizar mais as populações e os vendedores, então houve necessidade de se construir o primeiro mercado, o Mercado Municipal de Matendene, mas não significa que não existia um mercado informal, já existia um mercado ali onde hoje se vê as bancas fora do Mercado Municipal, assim que chegaram as primeiras famílias surgiram as primeiras bancas pois as pessoas viam uma oportunidade de negócio já que aqui nesta zona não havia nada, era mato. Só depois, é que surgiu o Mercado Municipal, primeiro o Mercado Municipal de Matendene e depois o Mercado Municipal de Mbuzini com o objetivo de organizar as pessoas e as bancas, de colocar os centros de comércio perto da população”. (R.L.)

5. AS CRIANÇAS DE MAGOANINE C.

5.1. Identificação dos entrevistados

De forma a compreender melhor a importância dada pelas crianças e pelos seus familiares ao trabalho que estas realizam e que contribui diretamente para a economia familiar, analisaram-se os quotidianos de treze crianças entre os sete e os catorze anos, residentes no bairro de Magoanine C. na periferia da cidade de Maputo. Esta análise foi realizada a partir de informações e dados obtidas através da observação e de entrevistas aprofundadas realizadas quer às crianças quer a alguns dos adultos responsáveis por estas.

Com o objetivo de obter um quadro geral que fornecesse a informação necessária sobre o dia-a-dia destas crianças, foram também entrevistados dois professores, o professor C.G., da Escola Secundária Josina Machel e a professora T.F., da escola Artur Canana. Respetivamente professores das disciplinas de Educação Física e Língua Portuguesa, estando ambos a trabalhar no ensino moçambicano há cerca de trinta anos, o que significa que acompanharam muitas mudanças no ensino e lidaram com muitas crianças que passaram pelas escolas em que lecionaram. C.G. leciona a 8^a, 9^a e 10^a classe e T.F. leciona o 3^o ciclo, ou seja, a 6^a e a 7^a classe.

Todos os familiares contactados eram mulheres, oito são mães das crianças e duas são tias. As entrevistadas têm entre 24 e 53 anos e todas têm filhos, sendo que nove têm mais de um filho e apenas uma (As., a mais nova das entrevistadas com 24 anos) tem apenas uma filha mas cuida também de uma sobrinha.

Todas as crianças contactadas residem atualmente no bairro, de Magoanine C., à exceção de uma criança, que atualmente reside com os avós na vila do Chibuto, província de Gaza. Em relação à naturalidade, quatro crianças são provenientes do meio rural (duas nasceram na cidade de Inhambane, província de Inhambane, e duas na vila do Chibuto, província de Gaza) e as outras nove crianças nasceram na cidade de Maputo. Quanto às mulheres entrevistadas seis são naturais de zonas rurais e vieram para Maputo quando casaram, e quatro são naturais da cidade de Maputo.

Todas as famílias são provenientes de outros bairros que não aquele em que vivem atualmente. Vieram para Magonine C., na sequência das cheias do ano 2000 ou, como no caso de uma das famílias, no período da guerra civil. Relativamente aos professores entrevistados também estes estão a viver e a trabalhar no bairro desde o ano 2001, altura em que foram destacados pelo Ministério da Educação para lecionarem nas escolas recém-inauguradas.

Todas as crianças vivem com familiares: seis crianças vivem com ambos os pais, quatro vivem apenas com a mãe, uma vive com a tia e os primos desde que os pais morreram, outra com os tios e o pai do tio, e uma com os avós. Apesar de testemunhos obtidos através de habitantes do bairro, e dos próprios professores, sobre a existência de muitas crianças órfãs, que vivem com irmãos mais velhos, não foram encontrados, durante a pesquisa crianças que vivessem sozinhas ou ao cuidado de outras crianças menores.

“Aqui maioritariamente as crianças vivem com os pais, algumas são órfãs vivem com os tios, ou com os avós e algumas com os irmão mais velhos, existem mães solteiras também. As dificuldades surgem devido a falta de dinheiro ou do tempo dos mais velhos para se dedicarem às crianças. Muitas famílias trabalham o dia todo e as crianças acabam por vaguear pelo bairro, ou estão lhe atribuídas tarefas como o comércio no mercado ou em bancas à porta de casa”.
(Professora, T.F.)

A criança que vive normalmente com os avós no Chibuto, mas que no momento do trabalho de campo estava em casa dos pais em Maputo, referiu que está lá a viver para ajudar na *machamba*. Explicou que foi o escolhido por ser o mais velho de três irmãos. Já o caso de H. é diferente, deixou a casa dos pais na cidade de Inhambane para ir viver para Maputo na casa da tia (irmã da mãe) para a ajudar em tarefas domésticas e a tomar conta de um bebé, filha da tia de oito meses. H. foi escolhida por ser a única rapariga de quatro irmãos. Esta mobilidade das crianças dentro da família é discutida por Costa (in Colonna, 2012: 237) que explica que tal não se deve apenas a motivos materiais mas também a “ (...) uma estratégia geradora de coesão familiar (...) ”, revelando, de acordo com as autoras, uma das características das culturas do Sul de Moçambique, a de que a criança não pertence somente ao pai e à mãe mas sim a toda a família.

Esta situação reflete a entreaajuda que existe entre as famílias, mesmo que não habitem no mesmo espaço e, por outro lado, a distribuição do tipo de trabalho por género, referenciado por alguns autores, o trabalho doméstico para as raparigas e o do campo para os rapazes. No entanto, a professora T. F. explica que hoje em dia, este tipo de distribuição de tarefas por género já não é tão evidente:

“Hoje em dia, tanto meninas como meninos têm estado nessas atividades. Dantes, eram os rapazes que ajudavam mais no comércio e no campo e as meninas em casa, mas hoje em dia, devido às dificuldades financeiras das famílias têm-se perdido um pouco esse cuidado de

resguardar as raparigas, e assim tanto rapazes como raparigas já desempenham atividades no mercado, comércio de rua, ou outros biscates”. (T.F.)

Seis das mulheres entrevistadas têm marido mas nenhuma é casada oficialmente, três estão separadas. De acordo com a cultura moçambicana estas mulheres são casadas através da prática do *lobolo*¹⁴, e não através do casamento civil. Durante esta fase do trabalho de campo muitas das entrevistadas que tinham um companheiro, responderam que eram casadas no civil, mas, quando lhes era pedido para que exemplificassem o que significava ser casada no civil todas respondiam que não, não eram casadas “no oficial” (M.J., 50 anos).

Todas são comerciantes (quatro vendem no mercado municipal, duas vendem em bancas informais à porta do mercado municipal e quatro têm bancas informais à porta de casa na rua) e vendem produtos como verduras, fruta, roupa dos *fardos*¹⁵, bolachas, saldo para telefones móveis, refeições, pão, entre outros produtos. Nenhuma tinha, na altura da pesquisa, um emprego formal mas sete referiram já terem exercido outra profissão.

Uma das entrevistadas afirmou ter trabalhado como empregada doméstica numa casa no centro da cidade mas deixou de trabalhar porque era longe e o dinheiro que gastava em transporte não compensava:

“Era difícil apanhar dinheiro do *chapa* então tinha que ir a pé só que atrasava, tive de deixar e começar a vender. Tem dias que vendo, tem outros que não se vende nada”. (M., 41 anos)

Outra entrevistada, As., de 24 anos, refere que é serralheira mas que neste momento não está a trabalhar:

“Vendo porque não tenho trabalho, gosto de ser serralheira, mas ah é a vida”.

¹⁴ O *Lobolo* é um costume tradicional de casamento em Moçambique. O lobolo não é um ato ou uma cerimónia circunscrita a um momento; é um processo que, entre outras coisas, implica diferentes cerimónias e o pagamento de uma prestação matrimonial, que pode ser repartida por tempos diferente. (Costa, 2008)

¹⁵ Roupas dos fardos ou “calamidades” - são roupas usadas, vendidas por atacado, a preços acessíveis nos mercados. A roupa denominada de “fardo” vem por norma da Europa e América do Norte e tem como objetivo o apoio aos mais carenciados.

Esta situação reflete a precariedade de emprego formal e a necessidade de muitas famílias recorrerem ao sector informal da economia como fonte de subsistência.

Durante a conversa com estas mulheres foi notória a dificuldade que a maioria tinha em compreender as perguntas que lhes eram feitas em português, pelo que muitas vezes teve de intervir um tradutor, que falava a língua local (todos os membros das famílias entrevistados falavam mais de uma língua local mas todas entendiam o Changana, língua da província de Maputo, onde as famílias residem atualmente). Isto tornou possível perceber durante as entrevistas, a baixa escolarização das entrevistadas.

Igualmente, durante as entrevistas às crianças foi notória a dificuldade que a maioria tinha em exprimir as suas ideias em português correto e de forma fluente. Foi possível detetar também que as crianças não estavam muito à vontade para falar de alguns aspetos da sua vida, algumas por timidez, outras por dificuldades em se expressarem e outras por não se mostrarem à vontade em falar em frente das mães.

A maioria das entrevistadas adultas, quando questionadas sobre a sua escolaridade, mostraram-se incomodadas por não terem estudado e todas justificaram tal facto por antigamente ser mais difícil estudar do que hoje em dia. No quadro abaixo resume-se o nível de escolaridade das entrevistadas:

Quadro 1: nível de escolaridade das entrevistadas adultas

Não frequentou a Escola	Frequenta o curso de alfabetização de adultos	Ensino Básico	Ensino Secundário	Formação profissional
3	1	4	1	1

5.2. Quotidiano Familiar – Espaço casa

A média de pessoas que habitam em cada casa é de seis pessoas por habitação. Todos os entrevistados residem com familiares (marido, sogros, filhos, irmãos, sobrinhos, noras e/ou netos) e apenas uma das entrevistadas partilha a casa com uma pessoa que não é da sua família (uma inquilina à qual aluga um dos quartos para ajudar nos rendimentos). Esta situação acaba por revelar as dificuldades económicas em que vivem a maior parte das famílias em Moçambique. Os filhos tendem a permanecer na casa dos pais ou sogros, muitas vezes mesmo depois de já terem mulheres/maridos e filhos pois assim todos podem contribuir para um “bolo” de receitas comum e maior, que conseqüentemente, permite uma melhor qualidade de vida para todos.

Das dez mulheres, responsáveis legais pelas crianças entrevistadas, cinco vendem em casa e dividem com os mais novos as tarefas domésticas, os cuidados das crianças e a venda nas bancas. Cinco entrevistadas vendem os seus produtos no mercado municipal de Magoanine C e todas têm a ajuda dos filhos mais novos no comércio.

Tornou-se assim possível perceber que as mães são as responsáveis pelas crianças e pelo trabalho doméstico, dividindo estas tarefas com os filhos mais pequenos e as restantes mulheres da família, como no caso das mulheres que vivem também com as noras. Esta situação foi confirmada pelos depoimentos das crianças entrevistadas pois todas responderam que desempenham tarefas domésticas, tanto raparigas como rapazes, e doze crianças referiram que dividem as tarefas de casa com outros membros femininos da família, mães, tias, cunhadas e avós. Apenas uma referiu que fazia as tarefas de casa sozinha, e duas crianças entrevistadas mencionaram que os rapazes não ajudam:

“Eu e Glória costumamos cozinhar, lavar a roupa e limpar aqui dentro. O Gito lava a loiça, varre fora e fica com os dois mais novos, brinca muito com eles”. (V., 13 anos)

“Cozinho, lavo, limpo, varro, mas não gosto do trabalho em casa, é muito pesado e tenho de me levantar muito cedo”. (M., 14 anos)

“Eu ajudo a carretar água, a varrer e a limpar dentro (de casa), a Fát. ajuda a cozinhar e a lavar a roupa”. (J., 13 anos)

“Cozinhar, lavar, varrer, não temos machamba mas a mãe ensinou-me a cultivar. (Joaq., 13 anos)

“Ajudo na casa, a cuidar da Alegria e na venda”. (H., 13 anos)

“Eu ajudo a minha mãe muito, a minha irmã já casou e o meu irmão nem ajuda, os rapazes são assim só esfregar os dentes e sair para a rua, e depois só volta na hora de comer”. (C., 15 anos)

As tarefas domésticas desempenhadas pelas crianças variam entre cuidar de crianças, lavar loiça, lavar roupa, cozinhar, varrer, limpar, transportar água e as que têm uma banca à porta de casa - tomam conta do “negócio”.

Em relação ao trabalho que os maridos (das sete mulheres que têm um companheiro) desempenham, quatro das entrevistadas disseram que os maridos têm um emprego, uma

afirmou que o marido vende com ela na banca no mercado e duas referiram que o marido está desempregado. Em três casos, as entrevistadas afirmaram ainda terem filhos mais velhos a viverem na África do Sul que tinham emigrado à procura de melhores condições de vida.

Quanto à situação económica das famílias, todas referiram que passavam dificuldades e que a situação era difícil ou mesmo muito difícil:

“O negócio de vender só, é muito difícil, só se apanhar emprego é que pode melhorar”. (Am., 31 anos)

Referiram as dificuldades que tinham com as despesas da escola, as despesas de casa, a alimentação, dívidas, entre outras. Apenas uma das entrevistadas afirmou que não tinha muitas dificuldades e afirmou que tal se devia ao facto de o marido estar de momento empregado, de ela ter um cabeleireiro e ainda de existir uma terceira fonte de rendimentos, a banca em que vendia roupa com a filha.

As estratégias das famílias para melhorar a sua condição económica passam pela diversificação de fontes de rendimento, ou seja a diversificação dos negócios dentro do seio familiar:

“Todos ajudam em casa e temos negócios diferentes, que gerem mais rendimentos”. (An, 32 anos)

Um exemplo é o de M. (41 anos) que para além de vender aluga também um quarto a uma inquilina sua conhecida. A participação ativa das crianças nas atividades geradoras de rendimentos foi salientada durante as entrevistas:

“Os meninos agora que já estão um pouco crescidos, eu posso deixar com a banca, capaz de eu arranjar um emprego para ajudar-me nas despesas. Porque para deixar de vender e esperar pelo fim do mês para receber o salário eu acho difícil, preciso do dinheiro no dia-a-dia para comprar as coisas”. (M., 41 anos)

Esta situação de diversificação de fontes de rendimento também foi referida pelos professores entrevistados:

“Há uma diferença abismal do docente licenciado e do básico. O ordenado do licenciado para a vida hoje, em que a moeda não vale quase nada, o que é que ele faz só com aquele salário? As

peessoas planificam-se porque não vivem só na base daquele salário, recebe aquele salário e por exemplo compra um saco de carvão que vai vender na banca em casa. Há muitos professores que usam essa estratégia do negócio de vender. Eu mesmo construí uma banca em casa, mas para ter um empregado ali a vender sai muito caro. A minha mulher também é professora, estamos os dois fora o dia inteiro, até pensamos pôr os nossos filhos a tomar conta mas eles estudam em períodos diferentes, tinham de se revezar na banca e isso depois ia dar confusão com o dinheiro e eu não tinha como controlar as vendas, a mercadoria e o dinheiro das vendas”. (C.G.)

Sete mulheres afirmaram que têm ajuda de familiares. Duas dizem pedir ajuda a associações quando necessitam de um empréstimo e uma afirmou não ter nenhum apoio.

Conclui-se assim, através de conversas com as entrevistadas, que, apesar das dificuldades que as famílias enfrentam, existe alguma entreaajuda entre todos os membros da família, e algum tipo de apoio. Um exemplo desta situação é a troca de bens entre os espaços rurais e urbanos em que, por exemplo, os familiares que vivem no campo enviam produtos para os familiares que vivem na cidade e estes vendem-nos no mercado, e os da cidade por sua vez enviam dinheiro aos familiares do campo através da venda dos produtos.

Existem também algumas organizações no bairro que prestam auxílio económico às famílias mais carenciadas, como empréstimos financeiros ou de materiais de construção. Quando abordado sobre este tema o Secretário do bairro, R. L., confirmou a existência de alguns grupos associativos que tinham esse por objetivo.

Quanto à figura responsável da família, quatro responderam que era o marido “as mulheres ajudam mas o pilar é o homem” (As.); cinco afirmaram serem elas, mas quatro não têm um companheiro; e apenas uma respondeu ser ela e o marido, “lá em casa é democracia”. Esta situação reflete claramente a forma como na sociedade moçambicana se distribuem as diferentes responsabilidades por géneros: os homens representam a autoridade dentro do seio da família apesar de serem as mulheres as responsáveis pelos cuidados da casa.

Relacionado com esta característica está o facto de os homens serem, normalmente, os únicos que têm um emprego (formal ou informal) reconhecido como tal socialmente. Este facto acaba por se traduzir numa desvalorização das atividades efetuadas pelas mulheres tanto no espaço doméstico (que não são consideradas trabalho) como nos mercados ou bancas. Estas atividades comerciais estão associadas ao espaço doméstico e têm rendimentos irregulares, são informais e, por todos esses motivos, não têm o mesmo valor e

reconhecimento social do que as realizadas dentro de uma relação laboral que implica um salário.

Tal facto explica igualmente o motivo pelo qual as entrevistadas que não tinham um conjugue referiram ser difícil a situação da mulher que vive sozinha, sem marido, não só pelo lado emocional mas pela segurança económica que um homem, idealmente, representa.

Sete das mulheres entrevistadas (das quais quatro não têm companheiro) afirmaram serem as responsáveis por atribuir as tarefas às crianças em casa e no mercado, uma respondeu que era o marido e outra afirmou que decidiam em conjunto.

Nove crianças responderam ser a mãe a responsável por distribuir as tarefas domésticas e a supervisionar e duas afirmaram que era a tia, reafirmando, uma vez mais, a ideia de que no espaço-casa as tarefas são da responsabilidade dos elementos femininos da família.

“A minha tia diz o que é para eu fazer, foi para isso que eu vim para Maputo, ajudo na casa, na venda e com a Alegria”. (H., 13 anos)

“É a minha mãe que me diz, mas eu sei o que tenho para fazer, agora estou a aprender com ela a trançar”. (Fál., 13 anos)

“Eu faço as tarefas sozinha porque já sei tudo o que tenho de fazer, a mãe ensina desde que tenho 5/6 anos”. (F., 15 anos)

Inseridas numa sociedade patriarcal as mulheres são as responsáveis pelo lar e pelos filhos. Devido às dificuldades que a maior parte das famílias moçambicanas atravessam, muitas dedicam-se ao maior número de atividades na economia informal possível com o fim de diversificar os rendimentos familiares. As crianças, importante fonte de ajuda para a economia familiar, estão envolvidas numa quantidade de tarefas do dia-a-dia, domésticas, escolares, comerciais. Vendem em bancas, à porta de casa, na rua ou no mercado, na maior parte dos casos em negócios familiares. Tais práticas, não obstante os impactos negativos que poderão ter nas crianças, parecem inculcar nelas sentimentos de responsabilidade e autonomia importantes para a sua vida futura.

5.3. Quotidiano escolar – Espaço escola

Das treze crianças entrevistadas onze frequentam a escola, duas não. G., de 15 anos, afirmou que não estava a estudar devido a problemas com a matrícula mas pretende voltar a inscrever-

se na escola. A outra criança, M., órfã de pai e mãe e residindo com a tia e os primos, não estuda porque, segundo afirmou, chumbou muitas vezes e a tia optou por tirá-la da escola. Tem 14 anos e diz que não sabe ler:

“Estudava na escola 10 de Janeiro, estava na 5ª classe, chumbei e a tia disse para deixar, não sabia ler, em casa o mano Hélio ajudava, mas os professores quando viam que não sabia também não ajudavam”. (M., 14 anos)

O facto de os professores não prestarem atenção a este tipo de situações, e negligenciarem a aprendizagem das crianças com mais dificuldades foi justificada pelo professor C. G. pelo facto de serem poucos professores para muitas crianças, e que este tipo de situações é comum pois os professores não conseguem dedicar-se mais aos alunos.

As crianças entrevistadas frequentavam no momento os seguintes anos escolares:

Quadro 2: Crianças entrevistadas por nível de escolaridade que frequentam

3ª Classe	6ª Classe	7ª Classe	8ª Classe	9ª Classe
2	2	4	2	1

Apenas uma das crianças contactadas frequenta uma escola privada. Esta criança, C., conseguiu uma bolsa para estudar num escola católica por ser órfã de pai e a mãe não conseguir suportar as despesas da escola. Apenas três crianças estudam em escolas longe do bairro em que vivem, as outras estudam em escolas perto das suas casas, e deslocam-se a pé.

Das três crianças que estudam longe, evidencia-se o caso de A., que vive no Chibuto com os avós e afirma que a escola é longe e tem de andar muito. O professor C. G. explica que no meio rural existem menos escolas e por isso as crianças percorrem diariamente percursos muito longos para estudarem. Das restantes, C. estuda numa escola privada católica e tem transporte escolar e G., estuda no Zimpeto (bairro próximo a Magoanine C.), e desloca-se em transportes públicos, e às vezes dorme na casa de um tio que vive perto da sua escola, para poupar o dinheiro do transporte.

Colonna (2012: 237) discute este aspeto, relacionado com as crianças que ficam em casa de outros familiares por serem mais perto das escolas como uma estratégia bastante comum, relativamente às crianças envolvidas no seu estudo. Este tipo de estratégias revelaram-se comuns às famílias e demonstram que apesar das dificuldades em que vivem a

ajuda entre os familiares não só é usual como é também uma forma bastante efetiva de lidar e ultrapassar as dificuldades do dia-a-dia.

Sete crianças fazem o percurso para a escola sozinhas e quatro vão acompanhadas por amigos ou irmãos. De todas as crianças que responderam irem acompanhadas nenhuma é com algum familiar mais velho mas sim com vizinhos e colegas de escola, ou seja, crianças da mesma faixa etária que as entrevistadas. Esta situação revela-se preocupante quanto à segurança das crianças pois muitas fazem percursos longos, muitas vezes à noite e sem a presença de alguém mais velho, num bairro como o de Magoanine C., em que, de acordo com testemunhos de habitantes, acontecem muitos assaltos e violações.

“A V. vai de chapa sozinha (tem aulas à tarde volta de noite), Git. dorme na casa de um tio durante a semana porque é perto da escola e assim poupam o dinheiro do transporte”. (G., 15 anos)

“Vou sozinha, mas volto com amigas porque volto muito tarde e já é noite. (E., 14 anos)

“Vamos sozinhos ou com vizinhos às vezes que também estudam lá (na escola)”. (Fát. e J., 8 e 13 anos)

Quanto aos principais problemas sociais do bairro, os professores abordaram casos de violência doméstica, abusos sexuais e o uso da mão-de-obra infantil nos mercados do bairro. Referiram ainda a falta de pessoas preparadas nas escolas para lidar com certo tipo de problemas e o facto de os professores nem sempre os conseguirem resolver devido ao elevado número de alunos que têm a seu cargo:

“Muitas crianças sofrem de violência doméstica e abusos sexuais em casa. Há casos de pais que violam os filhos. Há uma menina aqui na escola de 15 anos que engravidou do pai que tem 59 anos, mas essa já nem vem mais à escola, tem vergonha porque na rua apontam-lhe o dedo e dizem “é aquela ali”. Não existe uma psicóloga, nem um departamento para lidar com problemas que as crianças sofrem, nós, professores, é que notamos quando a criança está mais acanhada do que o normal e procuramos saber o problema que está a deixá-la assim. Não existe muito esse apoio nas escolas moçambicanas, mas seria bom existir esse tipo de departamentos nas escolas, para as crianças sentirem algum apoio para falar dos problemas que muitas vezes sofrem, em casa e na rua. E também falta alguém que vá junto das crianças procurar saber qual é

o problema que o está a afetar, porque os professores, com tantos alunos que temos para avaliar, não conseguimos”. (Professor, C.G.)

Todas as crianças afirmaram que gostavam da escola e das instalações mas nenhuma referiu frequentar atividades extracurriculares. De acordo com o professor C. G., as crianças não frequentam, na sua maioria, as atividades extracurriculares pois estão ocupadas com tarefas em casa ou nos negócios familiares. Por outro lado, como mais tarde nos esclareceu a psicóloga D. P., na maior parte dos casos com que lidou, as crianças demonstram preferir ajudar os pais, a participar nas atividades extracurriculares da escola.

“Fazemos atividades extracurriculares como canto e dança mas muitas crianças faltam porque chega o dia de virem atuar e não veem porque os pais mandam-nas ir trabalhar. Mesmo nos ensaios que são depois das aulas muitos não veem porque estão ocupados com atividades destinadas pelos pais. As crianças aqui não têm muito tempo livre e nas horas que não estão na escola ou estão a tomar conta do negócio dos pais, ou estão a vender no mercado, ou a tomar conta dos irmãos mais novos, ou estão em casa a completar tarefas domésticas”. (Professor, C. G.)

Três crianças mencionaram que as turmas tinham muitos alunos (57/60). Situação que foi confirmada pelos professores e que se revela um problema pois a atenção que estes podem dispensar às crianças é necessariamente muito limitada:

“E veja também, por turma a média é de 55 alunos, eu leciono 11 turmas, então são mais ou menos 55 alunos por cada uma dessas 11 turmas, são muitas crianças, as vezes nem sei os nomes de todos”. (Professor, C. G.)

Os professores explicaram também que apesar de muitos progressos realizados nas escolas pelo Governo de Moçambique, as dificuldades que o país enfrenta no momento, impedem a criação e a manutenção de melhores instalações:

“As escolas normalmente não têm o apetrecho de laboratórios para aulas de biologia, química e física, nem muitas instalações e equipamentos desportivos, isso não existe aqui, as crianças acabam levando isso apenas na imagem, e talvez pela vida futura acabam perdendo por isso. (...) As condições precárias, em que o país, no geral, se encontra, há alguma coisa que o Governo faz, se formos a ver, estas carteiras quem deu foi o Estado, quem constrói as escolas é

o Estado, existe transporte de serviço para as escolas, o Estado também dá material didático. Alguma coisa o Estado faz, paga a energia, a água, compra giz, quadros, carteiras, livros, régua, transferidores, bolas para aulas de educação física, entre outros. É que neste mundo, onde quase nada existe, no caso do nosso país, eles estão fazendo alguma coisa, o problema, por não darem mais ajuda, é que não podem dar aquilo que não existe”. (Professor, C.G.)

Três crianças disseram gostar dos professores e duas mencionaram não gostar:

“A escola é boa mas nem todos os professores são bons, só querem dinheiro, quando não tiras dinheiro eles fazem chumbar, um ano a gastar dinheiro com livros e material para depois te dizerem que chumbaste, assim não é bom.” (V., 13 anos)

“Escola é boa, tem vidro, tem carteira, tem casa de banho.” (A., 12 anos)

“Gosto dos professores e da escola porque é nova, os jardins são muito bonitos e as salas são novas.” (Fál., 13 anos)

“Gosta da escola, mas não muito dos professores.” (Joaq., 13 anos)

Outra criança referiu ainda que havia distúrbios com outros colegas na escola e com professores:

“Gosto dos meus professores, mas tenho muitos colegas que são bandidos, esses fumam na escola, batem nos mais novos, roubam material, nem os professores não conseguem fazer nada, expulsam a eles mas eles vêm na mesma, o diretor leva-os à esquadra mas eles depois vão-se vingar de quem foi queixar.” (F., 15 anos)

“Escola é boa, são 60 na turma, sentam-se três por carteira, mas algumas estão estragadas, este ano não tiveram química porque a escola não pagava ao professor.” (E., 14 anos)

A professora T. F., alerta também para esta situação na escola onde leciona, afirmando que muitas vezes os danos e roubos são causados pelos alunos mais velhos:

“Veja que esta escola por exemplo, já teve mobiliário mas chegou um período em que as crianças tinham de sentar no chão. Mas quem roubava o mobiliário da escola? Não eram os professores, tenho a máxima certeza, também não se pode dizer que uma criança pequena tenha

conseguido roubar uma carteira. Acredito sim, que foram alguns residentes do bairro, de má conduta, porque até me lembro uma vez quando fomos realizar o trabalho de recenseamento em 2007 eu pude ver algumas carteiras aqui da escola nessas casas. Nós não tínhamos a sirene da escola, até a sirene, vandalizaram as lâmpadas, é um vandalismo fora de série que acontece aqui. Penso que também sejam alunos mais velhos, porque um aluno quando chumba muitas vezes deixa de poder estudar de dia e passa para o período da noite, pois chega a uma idade que não dá mais para estudar com crianças pequenas, e são esses do período da noite que também vandalizam a escola.”

As crianças que vão à escola afirmaram ir todos os dias, durante cinco horas, umas no período da manhã, outras no período da tarde e apenas uma no período da noite. Ambos os professores, no entanto, disseram que os alunos em termos de assiduidade faltam bastante, atribuindo a culpa ao facto de as crianças estarem, na sua maioria, envolvidas em algum tipo de atividade económica ou doméstica.

“Há muitas crianças a chumbar, isso está relacionado com as dificuldades do dia-a-dia das crianças moçambicanas, como por exemplo, relacionando com o seu estudo, o facto de muitas crianças terem de trabalhar ou desempenhar outros tipos de tarefas, domésticas, tomar conta de irmãos ou outros membros mais velhos, as distâncias das escolas e das casas, entre outras.”
(Professora T.F.)

Os professores, apesar de compreenderem as dificuldades económicas que a maior parte das famílias enfrenta, condenam o facto das atividades que estas crianças desempenham por estas lhes retirarem tempo de estudo e de dedicação à escola. Quando questionados acerca do aproveitamento e lições que estas crianças, que estão envolvidas com o comércio informal podem tirar dessas atividades, os professores referiram:

“Muitas vezes nem lá no mercado fazem bem essas contas, mas quem está lá para controlar? Se os pais também nem têm noção de matemática ou de contabilidade, muitos deles também nem foram à escola, só querem ver uma quinhenta, depois acabam se arruinando, porque eles abrem uma banca, hoje está cheia de produto, deixam as crianças lá a tomar conta, a criança de repente já não está na banca porque vai brincar com outras crianças que estão em outras bancas ali perto, está na rua e não está a cuidar de nada. (...) A participação das crianças acaba sendo cultural, mas isso aí tem resultados negativos no desenvolvimento pedagógico, aquela criança na hora que devia estar a rever as matérias escolares, está na banca. Quando está na banca está sujeito àquele ambiente lá, o barulho, aquela gente lá, informal, aquele palavreado que não

ajudam em nada, e eles também acabam aprendendo, acabam levando aquilo para casa e para aqui na escola. Muitas crianças com 13, 14 anos já estão a beber muito, até meninas bebem essas bebidas que vendem por aí na rua. São famílias e crianças muito carentes, com esses problemas que dizem às famílias a criança fica sem proteção, e fica vulnerável. (C.G.)

“Eu acho que eles podem ter até ter o domínio nessa área, de fazer trocos e fazer contas porque estão a manusear o dinheiro diariamente, mas aqui na escola não são só exercícios de subtrair e dividir, aqui tem mais conteúdos e tem de ter mais conhecimentos na área das equações, realização de problemas mais completos que exijam várias operações e eles demonstram muitas dificuldades.” (T.F.)

Quanto às despesas da escola, cinco das mães/encarregadas de educação entrevistadas, das quais quatro não têm companheiro, afirmaram serem elas as responsáveis pelas despesas da escola das crianças, três afirmaram ser o marido e duas disseram serem elas em conjunto com os maridos. Todas demonstraram que entendiam a importância da escola para o futuro das crianças:

“É muito importante irem à escola, para eles saberem como vai ser o amanhã, porque assim, eu não vou viver para sempre, amanhã posso morrer e como é que eles vão ficar? Terão de fazer as coisas deles também. É melhor um emprego do que esse negócio de vender, um dia pode vender, outro não, agora quando estudar, cada um pode decidir o que vai ser, um pode ser médico.” (M., 41 anos)

“Todos os dias não deixo de falar à Marta que ela como não tem pai o melhor que lhe podia ajudar era a escola, aprender toda a vida dela para fazer ela crescer, não sei como ela vai viver, tem de procurar um lar¹⁶, senão apanhar um lar tem de procurar emprego, mas sem escola como vai ter emprego? Não sei como vai ser o futuro...” (N.M., 53 anos)

“São meus filhos, posso dormir com fome mas eles têm de ir à escola para terem um futuro. Eu estou a envelhecer, quando eles crescerem quem vai ser criança sou eu e então eles vão-me ajudar.” (M.J., 50 anos)

¹⁶ A palavra “lar” é utilizada no contexto em análise como sinónimo de casamento e/ou família. Aqui, a tia da criança em questão, que é órfã de pai e mãe, referia-se à necessidade de Marta encontrar um marido e formar a sua família, daí a expressão ‘procurar um lar’, de forma a ter o apoio económico do marido e a segurança de um casamento, casa e família.

“É importante porque só com escola as crianças tem formação para ter uma profissão.” (An., 32 anos)

Os professores confirmam que as famílias entendem, na sua maioria, a importância de as crianças estudarem e de que apesar das dificuldades económicas, fazem questão que os filhos estudem. O professor C. G. afirma ainda que se assiste a uma mudança quanto à escolaridade dos filhos e principalmente das raparigas:

“Julgo que as famílias, na maioria, compreendem a importância da escola, porque no momento é diferente, há 10, 15 anos atrás havia muitas crianças na estrada, muita menina que abandonava a escola por causa de gravidez precoce, mas agora aquela menina já está a estudar à noite, já está a ver a necessidade de estudar. Um exemplo que eu vi agora - nós estamos a avaliar o curso noturno - fui vendo que há mais mulheres que homens na escola noturna, a coisa está a mudar, numa idade maior de 22, 23 anos.”

Quanto ao futuro profissional das crianças as mulheres entrevistadas demonstraram esperança e vontade que os filhos estudassem para terem um emprego, Am., mãe de cinco crianças, diz:

“Gostaria só que tivessem um bom emprego para eles não passarem necessidades nem sofrerem como eu sofro.”

“Gostaria só que ela estudasse, para doutorar e ter um emprego.” (A., 32 anos)

Seis entrevistadas afirmam conseguir acompanhar as atividades escolares das crianças e três dizem não acompanhar, uma porque não tem tempo e duas porque não sabem ler nem escrever. Esta é uma situação comum a muitas famílias, os pais não frequentaram a escola ou não chegaram a terminar o ensino básico. Não tendo formação académica e muitas vezes não sabendo ler nem escrever, o apoio que estes conseguem dar aos filhos em termos das atividades escolares é muito limitado.

“Nem sempre dá, não tenho tempo mas sei que eles fazem as suas tarefas porque têm passado de classe, está a ver.” (Am., 31 anos)

“Eles sabem o que têm de fazer, eu nem tenho como lhes ajudar porque nem sei o que é que eles estudam, eu estudei pouco, havia guerra naquele tempo não dava para continuar na escola.” (M. J., 50 anos)

“Não, porque não fui à escola mas a E. vai-me notificando sobre as notas e a escola.” (M. M., 49 anos)

Sete das mulheres entrevistadas afirmaram ir à escola sempre que são chamadas ou há uma reunião com os pais e três disseram que não costumam ir. No entanto, através dos discursos das crianças, foi possível concluir, no que diz respeito ao acompanhamento que os familiares fazem da sua vida escolar, que este é limitado. Quando as crianças abordaram este assunto referiram apenas a presença dos pais nas reuniões que se realizam na escola (na maioria dos casos a mãe), e todos mencionaram que ninguém os ajudava a estudar, ou corrigia os seus trabalhos de casa.

“Eles sempre perguntam pelas notas, procuram saber se estamos a estudar para não chumbarmos.” (Git., 8 anos)

O testemunho de Gito revela que os pais não acompanham as atividades e tarefas escolares dos filhos mas que, no entanto, demonstram uma certa preocupação quanto ao seu aproveitamento escolar. Afinal, chumbar um ano implica para estes pais um ano a mais de despesas escolares. Este facto foi mais tarde discutido pelos professores contactados, que afirmaram que os pais apenas iam à escola quando eram chamados e que raramente, procuravam saber do desempenho das crianças junto dos professores.

“A escola tem, pelo decreto ministerial, uma primeira reunião de abertura escolar, uma segunda reunião para informar da avaliação pedagógica e assiduidade no fim do 1º trimestre, e uma terceira reunião no fim do 2º trimestre. Muitos pais mandam os empregados à reunião, nem sempre os pais vêm, julgo que 60 por cento vêm, mas desses 60 por cento que vêm muitos não são os pais das crianças. Existe uma falta de contacto entre os professores e os pais, julgo que por algum desinteresse desses pais.” (Professor, C.G.)

“Raramente vêm, alguns aparecem mas a maior parte dos pais mesmo nas reuniões convocadas pela escola e mesmo quando são convocados de propósito por nós professores ou por algum diretor de turma porque quer conversar com o pai para lhe dar a conhecer a atitude e o

comportamento do seu educando, raramente eles aparecem. Mas alguns vêm e procuram saber o que é que se passa, mas são muito poucos, especialmente aqui neste bairro.” (Professora, T.F.)

Esta situação reflete uma falta de acompanhamento dos pais em relação ao desempenho das crianças na escola. Seja por falta de interesse, de tempo ou até de limitações dos pais, visto que muitos não sabem ler nem escrever, evitam o contacto com os professores. Esta falta de atenção para com a escola e os trabalhos escolares dos filhos, tende a revelar-se negativa para a importância que as crianças atribuem à escola e ao estudo e, simultaneamente, gera desinteresse e desleixo por parte das crianças em relação às atividades escolares.

5.4. Quotidiano no mercado – Espaço rua

Uma das maiores preocupações deste estudo prende-se com a segurança e o bem-estar da criança que participa no comércio informal, seja na rua, no mercado ou em casa. Como tal revelou-se fundamental compreender a importância que as famílias atribuem à participação das crianças nas atividades geradoras de rendimentos e como garantem a sua segurança quando estão a “vender”.

Todas as mulheres responsáveis pelas crianças que foram entrevistadas afirmaram que existe uma preocupação por parte dos familiares em estar sempre alguém presente perto das crianças, no período em que estas estão no mercado, caso seja preciso elas recorrerem a alguém mais velho. Das dez entrevistadas, apenas duas disseram fazer esse acompanhamento com o marido e oito responderam que eram apenas elas a acompanhar as crianças ao mercado. Mesmo quando os familiares não estão presentes as entrevistadas afirmaram que pedem a vizinhos ou outros adultos no mercado para controlar as crianças e as vendas:

“Pai está numa banca perto e quando me ausento para cuidar da casa ou para ir comprar produtos, o A. toma conta dos mais novos, se ele não estiver as mulheres das outras bancas vigiam.” (C., 30 anos)

“Venho controlar para ver se ela está a vender ou a brincar, brincam muito essas aí.” (An., 32 anos, referindo-se à filha Fál. e às amigas que também vendem em outras bancas perto)

“Eu às vezes estou ali mas quando não estou tem conhecidos que trabalham no mercado que olham pela E.” (M.M., 49 anos)

Durante a pesquisa no mercado, no entanto, foi possível encontrar muitas crianças a venderem sozinhas nas bancas, o que se revelou algo preocupante quanto à sua segurança. Por exemplo, logo de manhã havia duas raparigas, dos seus seis e oito anos, que todos os dias se deslocavam ao mercado para vender pão e folhas de chá que os vendedores do mercado compravam para *matabichar*¹⁷.

Por duas ou três vezes entramos em contacto com elas para procurar saber quem eram os pais. Ao fim de uns dias uma explicou que os pais trabalhavam fora e que a mãe lhes entregava o cesto com pão e chá para venderem antes de irem para a escola. Ambas estudavam numa escola próxima e iniciavam as aulas às 7.30h, indo antes ao mercado para os produtos que a mãe lhes entregava e guardando o dinheiro com elas até à noite, altura em que estavam com os pais.

Oito crianças vendem em bancas à porta de casa, quatro vendem em bancas no mercado municipal, e uma vende numa banca fora do mercado. Todas as crianças que vendem trabalham na banca de um familiar, nenhuma faz outra atividade diária de geração de rendimentos que não seja a do comércio da família, “trabalho com a minha família” (A., 12 anos). Esta situação é bastante comum. Os pais, não tendo possibilidades de contratar alguém para estar nas bancas, acabam por recorrer ao apoio dos filhos para que assim, possam procurar/ter outro emprego.

“Foi a minha mãe, a banca é dela, ela pede-me para tomar conta da banca para poder tratar da casa, descansar ou quando vai comprar a mercadoria para vender.” (Joaq., 13 anos)

“Foi a minha mãe, ela trabalha muito e precisa da minha ajuda.” (E., 14 anos)

“Meu pai é que me disse que eu ia ajudar a minha mãe aqui na banca.” (F., 15 anos)

“A mãe quando abriu a banca pediu-me para ajudar.” (C., 15 anos)

“ (Os pais) abriram a banca porque o meu pai ficou desempregado e a minha mãe é doméstica, nós cuidamos da banca, assim o pai pode ir procurar trabalho.” (V., 13 anos)

Todas as crianças afirmaram que a atividade que desempenham lhes foi atribuída pelos familiares. Onze crianças ficam na banca apenas no período em que não estão na escola, se

¹⁷ Matabichar – termo popular moçambicano para pequeno-almoço.

têm escola à tarde vendem de manhã e vice-versa. Duas ficam o dia inteiro na banca pois não estudam, ambas tem a banca à porta de casa e por isso intercalam as tarefas domésticas com o comércio. Todas as crianças referiram que durante o período de férias ficam o dia todo nas bancas.

“Ficamos no período que não estamos na escola, J. fica na banca de manhã e eu (Fát.) à tarde. Agora que estamos de férias ficamos o dia todo por aqui.” (Fát., 8 anos e J., 13 anos)

“Agora que estou de férias, fico (na banca do mercado) das 6h até às 17h, durante as aulas fico no período da tarde quando não estou na escola, depois de fazer o almoço e limpar dentro, mas monto a banca de manhã antes de ir para a escola, e a mãe fica lá (na banca).” (Fál., 13 anos)

“Fico aqui (na banca à porta de casa da tia) durante o período da tarde, depois do almoço até ao fim do dia, umas 5 horas, de manhã fico em casa a fazer as tarefas de casa.” (M., 14 anos)

“Fico das 6h da manhã às 11h, depois vou para casa cozinhar para ir para a escola à tarde.” (F., 15 anos)

“Venho no período da manhã, chego às 6h e depois vou para casa às 11h preparar-me para ir para a escola.” (C., 15 anos)

“Fico durante a manhã enquanto a mãe vai no mercado grossista e à tarde quando ela volta vou para casa fazer as tarefas de casa e cuidar do meu irmão, a mãe é que fica na banca à tarde.” (E., 14 anos)

Quando questionadas sobre a quem entregam o dinheiro dos produtos que vendem, onze responderam ser à mãe e duas responderam ser à tia, “chamo a minha tia para dar troco, não sei as contas muito bem” (H., 13 anos). Foi possível perceber que as crianças, apesar de pequenas, têm, na sua maioria, um grande sentido de responsabilidade que advém do facto de desde cedo desempenharem tarefas que entendem ser importantes para a economia da família.

Todas as crianças afirmaram que as atividades que realizam no comércio os ajudam a praticar contas de matemática pois têm de saber dar os trocos aos clientes e calcular o preço e a quantidade de mercadoria. De facto, durante as idas ao mercado observou-se muitas crianças a lidarem facilmente com o dinheiro e os trocos. Importante realçar aqui, que os produtos que estas crianças vendem são de baixo valor monetário, logo, as contas que têm de fazer não são

muito complexas. Por outro lado, os clientes compram unidades mínimas, o que também facilita as contas que as crianças têm de fazer.

“Na venda pratico as contas e aprendo a contar e a fazer trocos, quando o professor te pergunta uma conta você lembra das contas de cabeça aqui da venda e você responde.” (Joaq., 13 anos)

“Ajuda, na escola ensinam a somar, subtrair e aqui na venda também estamos a fazer esse tipo de contas.” (Fát., 13 anos)

“Ajuda sim, gosto muito de matemática, não engano nos trocos.” (Fál., 13 anos)

“Na escola aprendemos muitas coisas que precisamos na nossa vida, não só lá na escola mas fora também.” (C., 15 anos)

“A escola nos ajuda muito para podermos ter um futuro, para saber ler e escrever bem, e saber fazer bem as contas, aqui até sei fazer contas de mais de 100 meticais.” (V., 13 anos)

Questionado sobre este assunto, um dos professores mencionou o seguinte:

“Veja, tem muita gente lá (no mercado) que não trabalha, carregam sacos, estão a beber a toda a hora, uma vida não decente não é, e a criança está ali, está a vender ou amendoim, ou pão, e está ali, está a assistir e sempre a criança retêm aquilo, aquele ambiente, já isso depois vem a refletir-se no desempenho escolar, porque pode até saber fazer trocos de 5, 10 meticais lá no mercado, mas depois aqui na escola não sabe fazer contas na prova de matemática. O desempenho escolar fica muito afetado, mas é muito difícil para os professores avaliarem caso a caso, porque em Moçambique cada professor tem em média 11 turmas, é impossível rever caso a caso ao pormenor. Acabamos identificando problemas gerais nos que trabalham e nos que não trabalham.” (Professor, C.G.)

Todas as crianças entrevistadas, meninas ou meninos, desempenham o mesmo tipo de tarefas no mercado: arrumar e limpar a banca, vender, cozinhar (no caso de quatro crianças que trabalham em bancas que vendem comida) e transportar água. Durante as idas ao mercado foi possível verificar que, na sua maioria, as crianças limpam e arrumam a banca logo de manhã, por volta das 7h, muitas transportam água para a banca dos familiares, e muitas deambulam pelo mercado a vender todo o tipo de produtos. O dia para estes “meninos” e “meninas” começa cedo e é bastante ocupado: eles vendem, estudam e cuidam da casa, mas

também brincam, com colegas, vizinhos ou irmãos. Um dia bastante preenchido que difere em muito da maioria do cotidiano das crianças ocidentais e da noção ocidental de que a criança, nestas idades, deve apenas estudar e brincar.

Foi possível compreender que existe uma estratégia e dinâmica entre os mais velhos e os mais novos que se revelaram comuns às dez famílias estudadas. As crianças, na sua maioria entregam no final do dia os rendimentos gerados na venda dos produtos a alguém mais velho, seja o pai, mãe, tia ou tio. Durante uma das entrevistas, enquanto Ass. era entrevistada, a sua sobrinha H. que estava na banca, na rua, à porta de casa, vinha pedir-lhe ajuda com os trocos e entregava o dinheiro à tia. Em casa de M. repetiu-se este cenário, enquanto a mãe respondia às perguntas, Fát. (8 anos) e J. (13 anos) vinham ter com ela para lhe entregarem o dinheiro da venda que acabavam de realizar. A propósito desta situação, M.J. (50 anos), referiu:

“A C. vem comigo (ao mercado), às vezes vem sozinha mas ela sabe fazer tudo, leva o dinheiro para casa e me entrega. O S. (o seu outro filho que não estava presente durante a entrevista) também me costuma entregar o dinheiro que ele faz nos biscates que ele arranja, quando lhe pagam porque muitas vezes dão-lhe uma tarefa e depois levam muito tempo para pagar. Esses biscates arranja com pessoas aqui do bairro mesmo, uns são nossos vizinhos, outros são vendedores aqui do mercado, ou é para carregar mercadoria, ou para arranjar o quintal, ou fazer tijolos quando tem obras, depende.”

Durante as entrevistas e conversas, esta foi uma situação que se tornou bastante notória. Todos os filhos desempenham alguma atividade para contribuir para os rendimentos da casa e da família. Quando não é no comércio dos pais, fazem outros biscates, como foi exemplificado por M.J. no testemunho acima mencionado. Am. (31 anos) diz:

“Eles só ficam aqui na banca, até queria que fizessem alguns biscates, a G. e a V. costumavam ir lavar roupa na casa de uma vizinha mas nem têm arranjado nada.”

Tornou-se necessário ao longo do estudo perceber se a participação das crianças nas estratégias económicas das famílias constituía uma prática recente e resultante da atual situação económica ou se, pelo contrário, refletia práticas culturais ancestrais. Das informações obtidas foi possível concluir que esta prática não é inovadora, pois todas as mães entrevistadas tinham na sua infância e juventude ajudado os respetivos pais:

“Sim, ia para a machamba e fazia as tarefas de casa com a minha mãe, todos os filhos deviam ajudar, é obrigação.” (An., 32 anos)

“Ajudava sim, não sou preguiçosa, estudámos pouco mas ajudava muito em casa e na machamba, e os meus irmãos também ajudavam.” (L.R., 36 anos)

“Ajudava muito os meus pais, na minha família todos ajudam, eu também ainda os ajudo sempre que posso, mando produtos que saem nos fardos e dinheiro, e mandamos também para os meus sogros sempre que podemos.” (As., 24 anos)

“Ajudava claro, costumava ir capinar lá na machamba deles, ir buscar água longe porque não havia torneira perto e cuidava da casa.” (Am., 31 anos)

“Ajudava muito, assim como os meus filhos devem-me ajudar porque também já estou a ficar cansada, a F. (filha, 15 anos) é muito importante porque quando ela está na banca eu posso descansar e fazer outras coisas aqui em casa.” (D., 42 anos)

“Ainda ajudo muito a minha mãe que vive na Macia, mando comida e coisas que ela precisa.” (M. J., 50 anos)

No entanto foi possível perceber que a ajuda que estes adultos haviam dado aos seus pais quando crianças, estava relacionada com o desempenho de tarefas domésticas, o trabalho nas machambas, cuidar dos irmãos mais novos, mas, nenhuma referiu o comércio. Ou seja, a participação das crianças nas atividades do comércio, relaciona-se, sobretudo com as necessidades atuais e como as atividades geradoras de rendimentos que são passíveis de desenvolver no contexto em estudo. Quanto ao facto de o trabalho das crianças ser uma “questão cultural”, os professores têm opiniões diferentes. O professor C. G. acredita que é uma questão cultural mas a professora T. F. afirma que antigamente, apesar de as crianças também participarem nas atividades da família, estas não punham em risco a segurança das crianças.

“Não é uma questão puramente cultural, porque eu também fui criança. Nasci numa família muito humilde, posso dizer até pobre, quem trabalhava na minha casa era apenas o meu pai, a minha mãe cuidava de nós e dedicava-se aos trabalhos domésticos, mas nós nunca tivemos de fazer outras atividades para além de ajudar a minha mãe em casa.” (Professora, T. F.)

Já a psicóloga da organização Wona Sanana explica que o trabalho e participação das crianças nas atividades das famílias não só é cultural como é uma prática comum a quase todas as famílias com quem trabalha. A entrevistada explica que o trabalho das crianças nem sempre é distribuído aleatoriamente pois o género é, de acordo com esta entrevistada, uma questão importante na distribuição de tarefas:

“A venda de hortícolas nos bazares, mercado, ou nos passeios das ruas, é mais exercida pelas raparigas, combinando com o convívio com as suas amigas e a proximidade de casa. Os rapazes são mais vistos a exercer tarefas mais pesadas, como a construção (da casa, latrina, poço, estrada ou ponte), o pastoreio do gado e igualmente nos afazeres domésticos mais expostos ao ambiente externo.” (D. P.)

Quando questionadas sobre atividades de convívio desenvolvidas em família, cinco mulheres responderam que costumam ir à igreja, três mencionaram que convivem em casa em família, uma respondeu que visita familiares e uma respondeu que não fazem nenhum programa em família.

Nas casas visitadas foi visível a ausência de qualquer tipo de equipamento eletrónico como televisão, computadores e/ou jogos, e assim o convívio familiar nos tempos livres passa por conversarem, partilharem refeições e irem à igreja ou visitar familiares. Os móveis na casa eram poucos e apenas os essenciais, tais como bancos e em algumas casas, mesas, frigorífico, e pouco mais. Em nenhuma das casas se viu um fogão e apenas duas casas tinham água potável, nas outras iam buscar água ao poço mais próximo.

5.5. Sentimentos/Perceções da criança quanto à sua realidade, quotidiano e futuro

Uma das questões fundamentais da análise, em relação à ajuda que estas crianças dão à família, foi a de compreender se elas entendem o papel crucial que têm para a economia familiar e quais os seus sentimentos em relação à família, à entajuda que existe no seio familiar e à dinâmica das relações que se processam entre os membros adultos de uma família e os membros mais novos.

Quando questionadas sobre os seus sentimentos em relação à ajuda que dão à família no comércio informal todos responderem sentirem-se felizes por poderem ajudar e demonstraram também ter um sentimento de obrigação para com as suas famílias:

“Gosto de ajudar, temos de ajudar os mais velhos, também quero que os meus filhos me ajudem.” (A., 12 anos)

“Gosto de ajudar porque ela (tia) também me ensina muitas coisas e cuida de mim porque não tenho os meus pais, também é meu dever, estás a ver?” (M., 14 anos)

“Sinto-me bem, tenho de ajudar para eles (os pais) poderem ir trabalhar, quando a N. (irmã bebé da entrevistada) crescer um pouco mais também vai-me ajudar.” (Fál., 13 anos)

“Bem, os filhos têm de ajudar, os meus irmãos estão lá no estrangeiro, a minha mãe só me tem a mim.” (E., 14 anos)

“Sentimos muito felizes, temos de ajudar porque somos muitos filhos, assim se todos ajudarmos não custa.” (Git., 8 anos)

Desta forma foi possível perceber que existe nas crianças um forte espírito de entreaajuda em relação aos restantes membros da família. Em parte, é através do desempenho destas tarefas por crianças que as famílias incutem valores como o sentido de cooperação e colaboração para com os familiares. De acordo com Colonna (2012: 219), no seu estudo sobre crianças que tomam conta de outras crianças em Maputo, “as relações adulto-crianças estruturam-se de forma extremamente hierarquizada e as expectativas culturais exigem das crianças um forte senso de responsabilidade e obrigação em relação à família”.

Sobre ajudarem os familiares no futuro, todas as crianças responderam que pensavam vir a ajudá-los:

“É importante ajudar a família, sempre que poder vou ajudar, se não nos ajudarmos uns aos outros a vida fica mais difícil, da forma como a vida é não podemos sobreviver sozinhos.” (C., 15 anos)

“Sim sempre vamos ajudar, e depois quando esses mais novos crescerem também vão nos ajudar, porque nós também cuidamos bem deles.” (Git., 8 anos)

Este sentido de obrigação e entreaajuda é transmitido às crianças pelos seus pais ou familiares mais velhos, algo que também lhes foi incutido pelos seus pais quando eram crianças. Por exemplo H. (rapariga de 13 anos) vive com os tios para ajudar em casa, com as

atividades comerciais em que a tia está envolvida e também cuida da prima que ainda é bebê; A. (rapaz de 12 anos) vive parte do ano com os avós pois, e segundo ele, estes “já estão mais velhos” e precisam de ajuda em casa e na machamba. Quando A. está em Maputo ajuda a mãe na banca, em casa e toma conta dos irmãos. M. (14 anos) vive com a tia que toma conta dela desde que os pais morreram.

Uma outra questão do estudo relaciona-se com os espaços onde o quotidiano das crianças moçambicanas se desenrola, como a casa, a escola e o mercado. De acordo com a autora Elenna Colonna (2012), qualquer espaço, para as crianças dos bairros de Maputo, pode tornar-se num lugar para brincar, na escola com os colegas, em casa com os irmãos, na rua com os vizinhos e no mercado com outras crianças que também vendem.

“(…) As crianças saem para ir à escola ou para visitar familiares, para comprar ou para vender, para ajudar nos trabalhos domésticos ou para fazer trabalhos extra (…). Porém sair para fazer todas estas coisas, para as crianças, não significa renunciar a brincar” (Colonna, 2012: 235).

Confirmando assim o argumento de Colonna (2012), quando questionadas sobre o espaço em que costumam brincar, as crianças responderam que brincam quando estão em qualquer um dos espaços, casa, escola e mercado.

“Brinco com os meus irmãos em casa e na rua... quando estou aqui na banca também.” (A. 12 anos)

“Quando estamos na escola brincamos nos intervalos, quando estamos na banca brincamos ali mesmo na rua com outros vizinhos.” (J., 13 anos)

“Quando tenho tempo, aqui na rua mesmo, gosto de jogar n’chuva e estar com as minha amigas que também vivem aqui perto.” (Joaq., 13 anos)

“Não brinco muito, mas quando estou aqui na banca aproveito para conversar com as minhas amigas.” (C., 15 anos)

“Mamã não liberta muito, no domingo vou à igreja e depois brinco com as minhas amigas.” (F., 15 anos)

“À hora do almoço, depois de acabar as tarefas de casa.” (M., 14 anos)

As brincadeiras que mais gostam é jogar à bola (os três rapazes), à Neca e N'tchuva (jogos infantis tradicionais), passear e conversar com as amigas e apenas uma criança referiu gostar de ler nos tempos livres. Esta criança estuda numa escola católica privada e afirmou que na escola podiam requisitar livros para levar para casa ou ler na biblioteca. No entanto, este caso é uma exceção pois na maioria das escolas públicas do ensino básico em Moçambique não existem bibliotecas equipadas com livros, nem livros infantis, para que todas as crianças possam usufruir deles ou requisita-los para lerem em casa. De uma forma geral, e de acordo com a professora T. F., estas escolas não fomentam nos alunos o gosto pela leitura, um aspeto fundamental para que as crianças possam desenvolver as suas capacidades de leitura e escrita, desde as classes iniciais.

Em relação aos sentimentos das crianças para com as tarefas que desempenham ao longo do dia, foi possível perceber que estas não têm uma noção clara sobre o peso que as atividades que desempenham têm na economia da família. Apesar de estarem o dia todo ocupadas com alguma atividade, seja doméstica, seja comercial, falam com normalidade sobre o facto de os seus tempos livres serem tão reduzidos.

A noção do tempo livre é relativa, uma vez que a maior parte das crianças está sempre envolvida em alguma atividade. Assim, desde muito novas a brincadeira é intrínseca ao desempenho de alguma dessas tarefas. De acordo com Colonna:

“ (...) A colaboração nas atividades domésticas e pequenos negócios familiares transforma-se para as crianças, numa oportunidade para ocupar e explorar espaços diferentes e para estabelecer relações sociais. Mesmo cumprindo com as tarefas que lhes foram encarregues, as crianças arranjam maneiras de combinar o trabalho com a sociabilidade e com a dimensão lúdica. Para as crianças, o lugar da venda é também o ponto de encontro com os amigos (...)” (Colonna, 2012: 243).

Em relação à preferência das crianças por determinadas tarefas em detrimento de outras - cuidar dos irmãos mais novos, realizar tarefas domésticas ou vender - dois dos rapazes responderam que preferem tomar conta dos irmãos, um rapaz e uma rapariga disseram preferir as tarefas domésticas, oito raparigas responderam que preferem trabalhar no mercado.

“Gosto muito de cozinhar e aqui no mercado tem mais gente para apreciar a minha comida, lá em casa quem cozinha sou eu também.” (C., 15 anos)

“Gosto de vender, vejo muita gente e brinco com a Cecília, que também vende ali.” (M., 14 anos)

“Gosto muito, às vezes vem roupa muito bonita, gosto de arrumar a roupa por cores, costumo brincar em frente à banca com as minhas amigas, elas também costumam andar por aí.” (Fál., 13 anos)

“Gosto mais de cuidar dos meus irmãos lá em casa mas aqui (mercado/venda) também gosto.” (A., 12 anos)

“Gosto mais da banca porque aproveito para brincar e conversar com a Isabel que toma conta da banca ali ao lado.” (H., 13 anos)

Uma das crianças entrevistadas, F., rapariga de 15 anos, mostrou-se resignada quanto à atividade que desenvolvia e o seu comentário também nos alertou para as situações diferenciadas que as diferentes crianças do Bairro vivem relativamente às atividades que desempenham:

“Mesmo se não gostar eu vivo assim, é a nossa realidade. Sinto falta de algum tempo para brincar, se tivesse mais tempo ia-me divertir com as minhas amigas, elas têm mais tempo que eu, estão sempre juntas. “

Quanto ao futuro, apenas uma criança disse não saber que profissão gostaria de ter, dos restantes, três gostariam de ser professores, dois sonham em ser jogadores de futebol, três querem ser médicas, uma gostava de ser jornalista e duas enfermeiras. Todas as crianças demonstraram ter perspetivas de futuro e onze sonham com profissões que exigem uma formação superior, revelando a vontade de continuar a estudar.

Porém, durante as conversas, foi possível perceber que as profissões que escolhem são poucas e que não conhecem muitas mais profissões para além das relatadas nos seus discursos. O sentido de entreatajuda esteve muitas vezes presente na escolha da sua profissão, pois várias crianças referiram que gostariam de ter profissões que lhes permitisse ajudar os outros.

Por exemplo, C. (15 anos) disse querer ser enfermeira porque “é bom salvar pessoas que estão doentes. Aqui no hospital despacham as pessoas, não dão condições para o doente dormir lá e nem dão medicamentos, só mandam as pessoas para casa”. F. (15 anos) disse que

gostaria de ser professora porque “quero dar aulas como eu estou a ser dada, ensinar outras pessoas, para não ter de passar a vida a cozinhar e a limpar” e M. (14 anos) referiu que queria ser professora para “aprender para ensinar outras crianças”.

Estes discursos revelaram uma ligação muito forte com a família, e que, apesar de serem tão novas, as crianças compreendem as dificuldades económicas porque passam os seus familiares e a necessidade de se ajudarem uns aos outros a fim de garantirem a sua sobrevivência e reprodução social.

“Para a WonaSanana a participação inclusiva da criança na vida que a rodeia é uma componente integrante do seu desenvolvimento harmonioso, da sua construção de valores e cultura, da riqueza de uma personalidade forte (com referências e raízes). Constatámos que desde os seus primeiros anos de vida, a brincadeira, a referida participação plena, incentiva-a a explorar, descobrir, correr riscos, buscar soluções partilhando e socializando-se cada vez melhor.”
(Psicóloga D. P.)

CONCLUSÃO

“Nos bairros periféricos de Maputo, é muito comum que todos os membros da família, desde os mais jovens até os mais velhos, contribuam de alguma forma para as atividades de produção e reprodução no seio do núcleo familiar”.

(Colonna, 2012: 240)

Esta investigação revelou-nos que a combinação no seio da economia familiar de um emprego formal e de pequenos negócios inseridos numa economia de carácter informal constitui uma estratégia muito comum de sobrevivência e reprodução social. As crianças, como esta pesquisa revelou, são atores fundamentais nesta estratégia familiar: ajudam nas tarefas domésticas, a cuidar de outros membros da família e participam nos negócios familiares, na sua maioria relacionados com o comércio informal.

Ao participarem nas tarefas domésticas e atividades económicas, lado a lado com os adultos, as crianças compreendem o significado destas práticas e das normas e valores que a estas são inerentes e, ao fazê-lo, contribuem para a reprodução social da família. Esta entrelaçada e interdependência, entre os membros da família envolvidas neste estudo é recorrente e as crianças desempenham aí um papel fundamental: em casa lavam e passam roupa, varrem, cozinham, vão buscar água e tomam conta dos irmãos mais novos, ainda em casa vendem nas bancas juntos aos muros dos quintais ou em lojas e quiosques improvisados; fora do espaço doméstico são ainda inúmeras as crianças que vendem em mercados informais ou nas ruas do bairro.

As práticas que efetivamente as crianças realizam estão intimamente associadas à representação social do “ser criança” no contexto em análise. E esta representação social, oposta à imagem ocidental da criança como um ser dependente, relaciona-se, simultaneamente, com as matrizes culturais da sociedade em análise e com as dificuldades económicas e as carências das instituições sociais em dar resposta às necessidades da população da atualidade.

As crianças têm de ajudar nas tarefas domésticas e comerciais para que os pais se possam ausentar e dedicarem-se a outras atividades. No entanto, apesar de lhes ser retirado tempo para estudarem e brincarem e de lhes serem atribuídas várias responsabilidades económicas estas crianças – embora desempenhem papéis que não encaixem na definição ocidental de “ser criança” - desenvolvem sentimentos de autoconfiança e autonomia, que na realidade em que estão inseridas, lhes conferem importantes mecanismos para se “desenrascarem” na sua vida futura.

Porém, e apesar das muitas tarefas que preenchem o quotidiano das crianças, estas, na sua maioria, vão à escola. Durante a pesquisa foi possível perceber que os pais destas crianças compreendem a importância delas estudarem para que no futuro possam ter acesso a um emprego formal que lhes permita melhorar as suas vidas, e conseqüentemente, as vidas dos seus familiares. Isto porque, na cultura em que estão inseridas, as crianças não pertencem somente aos pais, mas sim a toda a família, ou seja, existe um sentido de responsabilidade para com, e entre todos os membros. Inclusivamente esse sentimento de responsabilidade existe nas crianças em relação aos membros mais velhos das suas famílias.

No entanto, e apesar de ser notório, que as famílias consideram importante a escolarização formal das crianças, existem algumas contradições entre os discursos e as práticas. Neste sentido, apesar de existirem famílias que tiram os filhos da escola por falta de meios, existem também famílias que detêm os rendimentos, mesmo que mínimos, necessários à escolarização dos filhos e escolhem não matricular todas as crianças na escola. Esta situação – exemplificada por M. (14 anos) que não está matriculada pois chumbou e foi retirada da escola pela tia - resulta do facto de muitas famílias não considerarem a escolarização formal essencial dentro da realidade em que vivem.

As escolhas familiares face à educação dos filhos, estão relacionadas com vários fatores sendo o género um dos mais importantes. Assim, se as raparigas devem desenvolver aptidões domésticas a fim de encontrarem um marido e um lar e assegurarem o seu futuro enquanto mulheres, já os rapazes devem procurar desenvolver aptidões que lhes permitam ter uma profissão e um emprego no futuro para que possam sustentar as suas famílias. Os negócios familiares e a mão-de-obra necessária a estes (quer em termos de número, quer em termos de género) constituem outro fator importante a ter em consideração nas opções que as famílias fazem relativamente às decisões que tomam sobre quem trabalha e quem estuda. Finalmente influi igualmente nestas decisões, o tipo de estrutura familiar (famílias monoparentais, nucleares ou alargadas) e o nível de escolarização dos pais.

Apesar de frequentarem a escola muitas das crianças são responsáveis por cozinhar as suas próprias refeições o que resulta em muitas irem para a escola com fome e cansadas devido às atividades que desenvolvem fora da escola e às caminhadas a pé que percorrem de casa ou do mercado até à escola. A falta de tempo para se dedicarem aos estudos afeta, de forma notória, de acordo com os professores entrevistados, o seu desempenho e aproveitamento escolar. As famílias acabam assim, por não incentivar as crianças e os jovens a dedicarem-se aos estudos e a conseqüentemente, prosseguirem-nos após terminarem o ensino básico, preparando-os apenas para enfrentar o “desenrasque” do dia-a-dia.

Um outro aspeto importante a realçar prende-se com a questão da segurança e proteção. As crianças percorrem, às vezes, longos trajetos a pé e sozinhas, quer para irem à escola, quer para se deslocarem ao mercado ou ainda nas vendas ambulantes ou fazendo recados aos adultos da família. Apesar de estes percursos acontecerem na maior parte dos casos dentro dos próprios bairros em que vivem, permanece a preocupação quanto à segurança das crianças, uma vez que nos bairros periféricos de Maputo existe uma elevada criminalidade.

Por fim, as crianças apesar de se sentirem bem com o facto de “ajudarem”, e de, até certo ponto, gostarem das atividades que desempenham, não compreendem totalmente a importância do papel que a este nível desempenham na economia familiar. De alguma forma consideram que as atividades que desempenham são “normais” e consideram-nas mais como uma ajuda do que como um “trabalho”. Esta é a única realidade que conhecem e é uma realidade que partilham com muitas das crianças do bairro.

Simultaneamente, enquanto “ajudam” e efetivamente trabalham, as crianças desenvolvem estratégias que lhes permitem “ser criança” e brincar. Estas estratégias implicam uma conciliação de tempos e os espaços onde é possível “brincar ao trabalho” ou “trabalhar brincando”. Por isso a noção de “tempo livre” é, para estas crianças, de algum modo, relativa. Desde muito pequenas todos os seus tempos estão ocupados com o desempenho de alguma atividade mas também desde tenra idade brincam durante e entre atividades e sempre que surge uma oportunidade.

Assim, brincam quando estão a caminho da escola, de casa ou do mercado, brincam enquanto trabalham nas bancas com outras crianças que estão em bancas próximas, brincam com os irmãos enquanto estão em casa a fazer as tarefas domésticas. Por outras palavras, qualquer hora é afinal tempo de brincadeira, combinado com quaisquer outras tarefas que tenham em mãos. Desta forma e fazendo nossas as palavras de Colonna (2012: 304) “ (...) a realidade moçambicana representa um estímulo para olhar as coisas de uma outra perspetiva e valorizar também o que as crianças ‘ganham’ em termos de competências, habilidades e autoconfiança”.

Outros aspetos, no entanto, relacionados com a escolaridade em Moçambique, parecem ter algum impacto no fraco desempenho escolar das crianças. Estes prendem-se, nomeadamente, com os métodos de ensino-aprendizagem em vigor (não centrados na criança, mas sim no professor), o número excessivo de alunos por turma e o elevado número de turmas que cada professor leciona, o que não lhes permite uma maior dedicação aos alunos que necessitam, bem como com a falta de equipamento e as fracas condições das escolas no país. É necessário promover uma educação de qualidade que favoreça o capital humano

existente no contexto considerado, de forma a possibilitar melhores oportunidades aos mais desfavorecidos e a resolver questões como a desigualdade, discriminação e pobreza.

A longo prazo, o facto de ou reprovarem ou não apreenderem totalmente os conhecimentos adquiridos na escola, irá afetar a vida profissional destas crianças. Sem qualificações, a probabilidade de encontrarem um emprego formal será reduzida, perpetuando a sua condição económica e social. Países sem uma população com acesso à escolarização secundária e formação profissional, numa economia mundial cada vez mais baseada no conhecimento, são confrontados com uma crescente marginalização e discriminação a nível global.

Esta investigação revelou-nos ainda o papel fundamental que as mulheres desempenham em termos da educação das crianças. São as mulheres que passam o dia com as crianças, que realizam as tarefas domésticas, e como foi possível perceber durante a pesquisa de terreno, são elas, na maior parte dos casos que “ficam nas bancas” a vender. Esta situação resulta do facto de, na sua maioria, as mulheres não terem habilitações literárias, não terem um emprego formal e serem consideradas dependentes do homem. Inseridas numa sociedade em que o homem representa o pilar e a segurança económica da família, estas mulheres dedicam-se assim à economia informal, numa estratégia de diversificação de rendimentos bastante comum em Moçambique como forma de lidar com as dificuldades económicas que afetam a maior parte das famílias.

Com a nova conjuntura social, os novos modos de vida urbanos e a precariedade de emprego as famílias dedicam-se atualmente aos negócios de comércio informal, envolvendo as crianças nas atividades da família, não só pela importância da sua contribuição mas também como forma de lhes transmitirem ensinamentos que lhes podem ser úteis no futuro.

As crianças moçambicanas apesar do seu papel ativo e decisivo a nível familiar têm pouca visibilidade na produção científica e nos media, nacionais e internacionais. Em Moçambique estudos revelam que se escreve pouco acerca das crianças nos jornais nacionais, apesar de elas constituírem metade da população Moçambicana. As crianças órfãs e vulneráveis continuam a ser o centro das discussões sobre infância e crianças, sendo as crianças ‘normais’, negligenciadas enquanto atores sociais capazes das suas próprias ações e escolhas.

A Sociologia de Infância, bem como o campo dos Estudos Africanos, têm vindo a proporcionar discussões bastantes úteis quanto à necessidade de se atribuir um papel mais importante a estas crianças ‘normais’, de forma a se compreender melhor o seu quotidiano e o

contexto social em que este se insere. Só assim se torna possível conhecer as problemáticas do seu quotidiano e posteriormente encontrar as respostas adequadas às situações.

Consideradas, como bem assinala Collonna, ‘fora do lugar’, por não se adequarem à imagem da criança que só estuda e brinca e que é vulnerável e frágil, uma noção prevalecente da infância e criança no mundo ocidental, as crianças africanas “normais” são negligenciadas. Assim, ao estudar e tornar visíveis o quotidiano e realidade destas crianças moçambicanas, sem destacar apenas as situações mais extremas em que algumas se encontram, esta investigação procurou contribuir para um aprofundamento das reflexões sobre as concepções de infância e da noção do papel da criança em contextos não ocidentais.

Através desta pesquisa procurou-se ainda disponibilizar informações às instituições responsáveis em promover e proteger os direitos das crianças. Para compreender, melhorar ou mudar a vida das crianças é preciso acima de tudo ouvi-las. E foram estas vozes das crianças que esta investigação procurou, essencialmente, ouvir e compreender.

FONTES

AU (1990), *African Charter on the Rights and Welfare of the Child*. Consultado em 26/ 03/ 20013, African Union: <http://au.int/en/content/african-charter-rights-and-welfare-child>

UN (1989), *Convention on the Rights of the Child*. Consultado em 26/03/2013, United Nations: <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx>

UNICEF (2011), *Overview - Mozambique at a glance*. Consultado em 15/04/2013, UNICEF Mozambique: <http://www.unicef.org/mozambique/overview.html>

INE (2007), 3º Recenseamento Geral da População e Habitação, Moçambique, Instituto Nacional de Estatística, (online) disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>.

Lei de Bases de Proteção da Criança (2006), República de Moçambique: UTREL (Unidade Técnica de Reforma Legal). (Online) Consultado em 23/04/2013, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/sociedade/lei_bases_crianca.pdf

Lei do Trabalho (2007), República de Moçambique: UTREL (Unidade Técnica de Reforma Legal). (Online) Consultado em 23/04/2013, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/trabalho/Lei_do_Trabalho.pdf

BIBLIOGRAFIA

- Abrahamsson, Hans & Nilsson, Anders (1995), *Mozambique: Troubled Transition from Socialist Construction to Free Market Capitalism*. Zed Books.
- Abrahamsson, Hans (1996), “The Washington Consensus” e Moçambique: a importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento no continente africano, Maputo, CEEI-ISRI.
- Amaro, Rogério Roque (2003) “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), Janeiro/Julho, pp. 35-70. Lisboa.
- Bagnasco, Arnaldo (1997) “A economia informal”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 18, (2), pp. 13 – 31.
- Basu, Kaushik, Das, Sanghamitra & Dutta, Bhaskar (2010) “Child Labour and Household Wealth: Theory and Empirical evidence of an Inverted – U”. *Journal of Development Economics*, 91, (1), pp. 8-14.
- Basu, Kaushik & Tzannatos, Zafiris (2003) “The Global Child Labor problem: What do we know and what can we do?”. *The World Bank Economic Review*, 17, (2), pp. 147-173.
- Bass, Loretta Elizabeth (2004) *Child Labour in Sub-Saharan Africa*, London: Lynne Rienner.
- Boyden, Jo (1994) *The relationship between education and child work*. 94, (3). UNICEF Innocenti Research Centre.
- Brito, Luís de, Castel-Branco, Carlos Nuno, Chichava, Sérgio, Francisco, António (2010) (org), *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*, Maputo, IESE.
- Brandão, Zaia (2000) “Entre questionários e entrevistas”. *Família e Escola. Rio de Janeiro: Vozes*, p. 83-171.
- Chen, Martha (2003), “Rethinking the informal economy: in an era of global integration and labor market flexibility”. *New Delhi Seminar*, n. 531, November.
- Colonna, Elena (2012), “Eu é que fico com a minha irmã”. *Vida Quotidiana das crianças na periferia de Maputo*, Tese de Doutoramento em Estudos da Criança, especialidade em Sociologia da Infância, Universidade do Minho, Instituto da Educação.
- Costa, Ana Bénard & Rodrigues, Cristina (2001) “Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo”, *Estudos de Desenvolvimento*, CesA, 8, pp. 69-81.
- Costa, Ana Bénard da (2002), *Famílias na Periferia de Maputo: Estratégias de sobrevivência e reprodução social*, Lisboa, ISCTE.
- Costa, Ana Bénard da (2004) “As Crenças, os Nomes e as Terras: Dinâmicas Identitárias de Famílias na Periferia de Maputo”, *Etnográfica*, 8, (2), pp. 335-354.
- Costa, Ana Bénard (2005), “Famílias na periferia de Luanda e Maputo: história e percursos nas estratégias actuais”, em: Cruz e Silva, T., Araújo, M., Cardoso, C. (orgs), *Lusofonia em África. História, Democracia e Integração Africana*, Dakar, CODESRIA, pp. 79-94.
- Costa, Ana Bénard da (2007), *O Preço da Sombra: sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Costa, Ana Bénard da & Rodrigues, Cristina (2008), “Famílias e estratégias de sobrevivência e reprodução social em Luanda e Maputo”, em: Raposo, I. e Oppenheimer, J. (orgs) *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa, Colibri, pp. 139-161.

- Costa, Ana Bénard da (2008), “Rezar nos mesmos sítios, rezar em muitos sítios: Casamentos, Práticas terapêuticas, Redes de Solidariedade e Valores em Reconstrução”, *Revista de Ciências Sociais*, 39, (1), pp. 86-97.
- Costa, Ana Bénard da (2009), “Educação escolar e estratégias de famílias dos subúrbios de Maputo”, *Cadernos de Pesquisa*, (136), pp. 13-40.
- Costa, Ana Bénard da & Biza, Adriano (2012), “Understanding ‘Home Space’ in the African city: Ethnographic Report”, Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements 206p, (online), disponível em: http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Full%20reports/HomeSpace_Ethnographic_Report.text.pdf.
- Dalbosco, Eduardo & Kuyumjian, M.árcia de Melo Martins (1999), “Os desafios de compreender o trabalho informal”, *Revista Ser Social*, (5), pp. 190-220.
- Dauster, Tania (1999), “A fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar dos editores”, *Revista Educação*, PUC-Rio, (49), p. 1-18.
- Francisco, António (2011), “Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente. O caso de Moçambique”, em: Brito, L. et al, *Desafios para Moçambique*, Maputo, IESE: 231-282.
- Francisco, António, Ali, Rosimina & Ibraimo, Yasfir (2011), “Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios por uma segurança humana digna”, *Cadernos IESE*, (10).
- Godoy, Arilda Schimidt (1995a), “Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades”, *Revista de Administração de Empresas*, 35, (2), Mar./Abr., p. 57-63.
- Godoy, Arilda Schmidt (1995b), “Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas*, 35, (3), Mai./Jun., p. 20-29.
- Hanlon, Joseph & Smart, Teresa (2008), *Há mais bicicletas – mas há Desenvolvimento?*, Maputo, CIEDIMA.
- Kielland, Anne & Tovo, Maurizia (2006), *Children at work: child labour practices in Africa*, London, Lynne Rienner.
- Knauder, Stefanie (2000), *Globalization, Urban Progress, Urban Problems, Rural Disadvantages: Evidence from Mozambique*, London, Arshgate.
- Liebscher, Peter (1998), “Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master’s program”, *Library Trends*, 46, (4), p. 668-680.
- Lopes, Carlos (2001), “Luanda, Cidade Informal? Estudo de caso sobre o bairro Rocha Pinto”, *Estudos de Desenvolvimento*, CesA, 8, pp. 25-40.
- Martins, Énio (2004), “Educação e Desenvolvimento. Um olhar sobre o plano estratégico de educação (2004-2008) de Moçambique”, *Revista Lusófona de Educação*, (004), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, pp 149-164.
- Mbembe, Achille & Nutall, Sarah (2004), “Writing the World from an African Metropolis”. *Public Culture*, 16, (3), pp. 347-372, South Africa.
- Morrow, Virginia (ed) (2010), *Should the world really be free of ‘child labour’? Some reflections*, Institute of Education, University of London, pp. 435-440.
- Murteira, Mário (1990), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Presença.

- Myers, Michael D. (1995), "Quality in Qualitative Research in Information Systems", *Proceedings of the 5th Australasian Conference on Information System Journal*, 5, (1), p. 51-70.
- Neves, José Luis (1996), "Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades". *Caderno de pesquisas em Administração*, São Paulo, 1, (3).
- Potts, Deborah (1997), "Urban lives: Adopting new strategies and adapting rural links", em: Rakodi, C. (ed) *The Urban Challenge in Africa: growth and management of its large cities*, Tokyo, United Nations University Press.
- Purkayastha, Dipankar (1998), "Child Labour, Human Capital, and the role of Parental Power in poor Households", *Journal of Economic Development*, 23, (2), pp. 43-55.
- Queiroz, M. I. P. (1998), "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'", em: Von Simon, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*, São Paulo, Vértice, Editora revista dos Tribunais, Enciclopédia aberta de Ciências Sociais, 5, p. 68-80.
- Queiroz, F. (1999), "A importância da economia Informal no alívio da pobreza em Angola", *Comunicação apresentada à III Jornada Técnico-científico da FESA*, Luanda.
- Quintela, João & Piteira, Viegas (2001), "Recomposição social e organização/desorganização da periferia urbana de Maputo", em: Oppenheimer, Jochen (et al) *Urbanização acelerada em Luanda e Maputo. Impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de '80 e '90)*, textos preliminares, CesA, Estudos de desenvolvimento, (6), Lisboa.
- Ravallion, Martin & Quentin, Wodon (1999), "Does Child labor displace Schooling? Evidence on behavioral responses to an enrollment subsidy", *Policy Research Working Paper*, (2116).
- Roberts, Brian (1994), "Informal Economy and Family Strategies", *Journal of Urban and Regional Research*, 18, (1), pp. 6-23.
- Russ (1994), *Combatendo o Trabalho Infantil* - material elaborado pelo CENPEC para o escritório da OIT no Brasil, no âmbito do Projecto Professores, educadores e suas organizações na luta contra o trabalho infantil /IPEC, 2001: 13.
- Silva, Omarildo Luís da (sine anno), *O impacto da Economia Informal no processo de desenvolvimento da África Subsariana*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, ISEG.
- Sixpence, João Bastolomeu et al (2008), "Infância e Adolescência em Moçambique", *Adolescência e Saúde*, 5, (3), p. 27-31.
- Van Den Boom, Bart (2001), *Análise da pobreza em Moçambique: Situação da pobreza dos agregados familiares, malnutrição infantil e outros indicadores 1997, 2003, 2009*, Amsterdão, VU Universidade.
- Wildemuth, Barbara M. (1993), "Post-positivist research: two examples of methodological pluralism", *Library Quarterly*, 63, (4), p. 450-468.
- White, Ben (1996), "Globalization and the child labour problem", *Working Paper series*, (221), Institute of Social Studies.

ANEXOS

Anexos A

Figura 1: Mapa de Moçambique. Disponível em:

http://www.girafamania.com.br/africano/materia_mocambique.html



Figura 2: Mapa da cidade de Maputo. Disponível em:

<http://www.blogdacomunicacao.com.br/apresento-vos-maputo-a-capital-de-mocambique/>



Figura 3: Mapa da cidade de Maputo com o bairro de Magoanine. Disponível em:

<http://www.areamilitar.net/noticias/noticias.aspx?nrnot=352>



Figura 4: Fotografia de crianças residentes no bairro de Magoanine C.



Figura 5: Fotografia de uma das famílias entrevistadas



Figura 6: Fotografia de uma sala de aulas na Escola Secundária Josina Machel

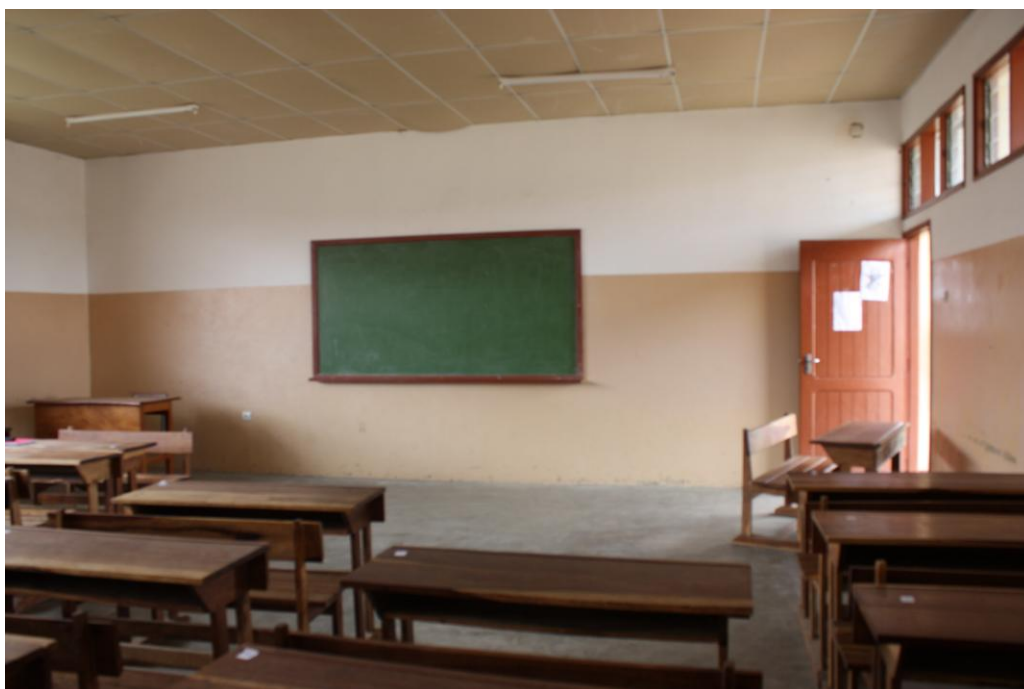


Figura 7: Fotografia de algumas das crianças entrevistadas a brincar



Figura 8: Fotografia da banca de roupa de uma das crianças entrevistadas



Anexo B

Tabela 1: Lista dos entrevistados

Nº da	Nome do	Idade	Sexo	Profissão	Data da entrevista
--------------	----------------	--------------	-------------	------------------	---------------------------

entrevista	entrevistado				
1	A.	12 Anos	Masculino	Estuda, 6ª classe, durante o ano trabalha com os avós na machamba e nas férias trabalha na banca de fruta dos pais no mercado	15 De Novembro
2	Ca. (mãe de A.)	30 Anos	Feminino	Tem uma banca de frutas no mercado onde vende com os cinco filhos	15 De Novembro
3	C.	15 Anos	Feminino	Estuda, 8ª classe, e cozinha na banca que serve refeições da mãe no mercado	15 De Novembro
4	M. J. (mãe de C.)	50 Anos	Feminino	Tem uma banca que serve refeições no mercado	15 De Novembro
5	E.	14 Anos	Feminino	Estuda, 9ª classe, vende verduras na banca da mãe no mercado	16 De Novembro
6	M. M. (mãe de E.)	39 Anos	Feminino	Tem uma banca de verduras no mercado	16 De Novembro
7	Joaq.	13 Anos	Feminino	Estuda, 7ª classe, vende verduras na banca da mãe no mercado	16 De Novembro
8	L. R. (mãe de Joaq.)	36 Anos	Feminino	Tem uma banca de verduras no mercado	16 De Novembro
9	G. (irmã de V. e de Git.)	15 Anos	Feminino	Não estuda, vende artigos na banca dos pais em casa	17 De Novembro
10	V. (irmã de G. e de Git.)	13 Anos	Feminino	Estuda, 6ª classe, vende com os irmãos na banca dos pais em casa	17 De Novembro
11	Git. (irmão de G. e de V.)	8 Anos	Masculino	Estuda, 3ª classe, vende com as irmãs na banca dos pais em casa	17 De Novembro
12	Am. (mãe de G., V. e Git.)	31 Anos	Feminino	Tem uma banca, em casa, que vende refrigerantes, saldo, bolachas, entre outros	17 De Novembro
13	J. (irmão de Fát.)	13 Anos	Masculino	Estuda, 7ª classe, vende pão, que compra na padaria, na banca da mãe na beira da estrada à porta de casa	19 De Novembro
14	Fát. (irmã de J.)	8 Anos	Feminino	Estuda, 3ª classe, cozinha e vende badjias na banca da	19 De Novembro

				mãe na beira da estrada à porta de casa	
15	M. (mãe de J. e da Fát.)	41 Anos	Feminino	Tem uma banca na beira da estrada, à porta de casa onde vende pão que o filho vai buscar de madrugada à padaria e badjias que ela e a filha cozinham	19 De Novembro
16	H.	13 Anos	Feminino	Estuda, 7ª classe, vende na banca dos tios, na beira da estrada à porta de casa	19 De Novembro
17	As. (tia de H.)	24 Anos	Feminino	Tem uma banca onde vende vários artigos com a sobrinha, na beira da estrada À porta de casa	19 De Novembro
18	Fál.	13 Anos	Feminino	Estuda, 8ª classe, ajuda a mãe no salão, faz tranças e vende na banca dos pais à porta de casa que vende roupa de fardos	22 De Novembro
19	An. (mãe de Fál.)	32 Anos	Feminino	Cabeleireira, tem um pequeno salão em casa e uma banca na rua à porta de casa que vende roupa de fardos	22 De Novembro
20	M.	14 Anos	Feminino	Não estuda, vende na banca da tia à porta de casa da tia no passeio	26 De Novembro
21	N. M. (tia de M.)	53 Anos	Feminino	Tem uma banca à porta de casa que vende artigos variados (bolachas, refrigerantes, doce)	26 De Novembro
22	F.	15 Anos	Feminino	Estuda, 7ª classe, cozinha na banca da mãe que serve refeições no mercado	28 De Novembro
23	D. (mãe de F.)	42 Anos	Feminino	Tem uma banca que sere refeições no mercado	28 De Novembro
24	C. G.	Leciona há 29 anos	Masculino	Professor de Educação Física na Escola Secundária Josina Machel no bairro de Magoanine C., leciona a 8ª, 9ª e 10ª classe	29 De Novembro
25	T. F.	Leciona há 33	Feminino	Professora de Português, da 6ª e 7ª classe, na escola Artur Canana no bairro de	4 De Dezembro

		anos		Magoanine C.	
26	D. P.	56 Anos	Feminino	Ex-educadora, Psicóloga especializada em crianças, trabalha para a organização WonaSanana em cuidados de primeira infância, nos distritos de Maputo e Gaza	6 De Dezembro
27	R. L.	-	Masculino	Secretário do bairro de Magoanine C.	7 De Dezembro e 10 De Dezembro
28	V. J.	-	Masculino	Chefe do quarteirão nº 37 do bairro de Magoanine C.	7 De Dezembro
29	“Tia” T. (acompanhou toda a pesquisa disponibilizando diversas informações através de conversas informais e a sua casa como ponto de partida para viagens pelo bairro de Magoanine C.)	43	Feminino	Vende carne e outros artigos, que o marido camionista trás de outros pontos do país para os habitantes do bairro	Novembro/Dezembro
30	Jen. (filha mais nova da “tia” T., foi ela que nos ajudou a identificar as famílias das crianças que estavam a trabalhar nas bancas, bem como as escolas do bairro)	13 Anos	Feminino	Estuda, 8ª classe, não faz nenhum tipo de trabalho, apenas domésticos com a mãe e irmã	Novembro/ Dezembro
31	Cec. (amiga e vizinha da Jen. que nos acompanhou durante os passeios e as entrevistas nos bairros)	13 Anos	Feminino	Estuda, na 7ª classe e trabalha com a irmã a fazer tranças a amigas e vizinhas no quintal da sua casa, a mãe que estava na altura muito doente não trabalha e Cec. e a irmã ajudam o pai com as despesas	Novembro/ Dezembro

Tabela 2: Guião de entrevistas para as crianças e os seus familiares

1. Identificação d criança	
- Nome	
- Idade	
- Natural de (Província, Distrito, localidade)	
- Quantos irmãos? Idades?	
- Quem habita na casa? Idades?	
- Frequenta a escola?	
- Se sim, que classe?	
- Se sim, qual escola? (distância de casa, forma de se deslocar, quem acompanha)	
- Descrição do ambiente escolar (classe, colegas, atividades que fazem na escola, desportos, instalações)	
- Quantas horas por dia permanecem na escola?	
- Quantos dias por semana?	
- Acompanhado/a ou não?	
- Quem fica em casa?	
- Quem faz as tarefas domésticas?	
- Quem cuida dos mais novos?	
- Quais as suas tarefas em casa?	
- Quem é o responsável por distribuir as tarefas de casa?	
- Quem supervisiona?	
- Quem controla o seu desempenho na escola?	
- Quem lhe atribuiu a atividade que desenvolve fora de casa?	

- Quais as atividades que desempenha no mercado?	
- Descrição da atividade e sentimentos da criança para com a atividade (se gosta, se brinca enquanto está no mercado, se faz amigos)	
- Trabalha com quem/ou para quem?	
- Quantas horas?	
- A quem entrega o valor que recebe das vendas?	
- Compreende a ajuda que dá à sua família?	
- Como se sente em ajudar a família?	
- As aprendizagens da escola são úteis nas atividades que desempenham no mercado? E vice-versa?	
- A que horas costuma brincar?	
- Quais são as brincadeiras que mais gosta?	
- Que profissão gostaria de ter no futuro?	
- Como entende a situação económica da sua família?	
- Quando crescer pretende continuar a ajudar a família?	
- Identificação dos pais	
- Nomes	
- Idades	
- Naturalidade	
- Grau de escolarização	
- Profissão	
- Estado civil (casados ou não)	
- Quantas pessoas vivem na casa?	
- Quais os laços entre as pessoas que vivem na casa?	
- Quem trabalha em casa? Quais as actividades?	

- Quem trabalha fora? Aonde? Como arranhou o emprego? Quantas horas por dia?	
- Rendimentos da família chegam para sobrevivência? (descrição da situação económica da família)	
- Quais as ajudas/apoio económico/financeiras que a família têm?	
- Quem é a figura responsável/autoridade da família?	
- Quem define as actividades dos mais novos?	
- Quantos filhos frequentam a escola?	
- Quem é responsável pelas despesas da escola?	
- Como vêem a importância da escola na vida adulta dos filhos? (conhecimentos, emprego, e futuro das crianças)	
- Qual o futuro escolar e profissional que gostariam que os filhos tivessem?	
- Conseguem acompanhar as tarefas escolares dos filhos?	
- Costumam ir à escola para saber do desempenho dos filhos?	
- Quem acompanha as actividades dos mais novos no mercado?	
- Como controlam os rendimentos gerados pelos mais novos no mercado? (quem fica com o dinheiro, quem é responsável pelas contas, quem controla as horas que a criança passa no mercado e quais as actividades que desenvolve lá)	
- Quais são as principais dificuldades económicas da família?	
- Quais as estratégias que desenvolvem para combater essas dificuldades?	
- Quais e quantos membros participam na decisão dessas estratégias?	
- Como entendem a sua situação económica?	
- Na sua infância também ajudavam os seus pais? Com que actividades? Qual foi o impacto dessa ajuda na sua vida hoje?	

- Quais as actividades da família nos tempos livres?	
------------------------------------------------------	--

CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	OLIVEIRA, DEBORAH CAPELA
Morada	AV. FRANCISCO ORLANDO MAGUMBWE Nº 491, MAPUTO, MOÇAMBIQUE RUA SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS, Nº 43, 3º D, LISBOA, PORTUGAL
Telefone	(+258) 1 497196 (+258) 82 4503270 (+351) 91 0847326
Correio eletrónico	debycapela@hotmail.com
Nacionalidade	Moçambicana
Data de nascimento	14/01/1986

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **Agosto e Setembro dos anos de 2001, 2002 e 2003**
 - **Nome e endereço do empregador** Assistente de agência de viagens, durante a realização da FACIM (Feira Internacional de Maputo)
Expoviagens, Lisboa
 - **Tipo de empresa ou sector** Setor Viagens e Turismo
 - **Função ou cargo ocupado** Assistente Turística

- **Abril de 2010 até Agosto de 2010**
 - **Nome e endereço do empregador** Responsável pela área de pesquisa num projeto de HIV e Cinema
Promarte, Lda (Instalações do Cinema Scala, na Av. 25 de Setembro)
 - **Tipo de empresa ou sector** Setor de Cinema e HIV
 - **Função ou cargo ocupado** Pesquisa junto das comunidades rurais abrangidas pelo projeto que envolveu recolha de dados, análise e avaliação das sessões entre as comunidades e os dinamizadores culturais, elaboração e aplicação de inquéritos a beneficiários e entrevistas individuais e coletivas realizadas aos intervenientes no projeto, nomeadamente: homens, mulheres, adultos e adolescentes focalizadas na temática de HIV para a realização

de um Documentário que visa a problemática do HIV em Moçambique. Avaliação do trabalho levado a cabo pelos dinamizadores culturais formados pelo projeto assim como o impacto do filme e ação dos dinamizadores juntos das comunidades atingidas. Formação dos dinamizadores culturais na área de pesquisa junto das comunidades, sobre os maiores problemas relacionados com HIV nos bairros e áreas que o projeto pretende atingir.

• **Setembro de 2010 até Novembro de 2010**

Investigadora Auxiliar numa avaliação ao Centro Criança Feliz

• **Nome e endereço do empregador**

Dr.^a Diana Pereira (Investigadora independente - iriamz.pereira@gmail.com)

• **Tipo de empresa ou sector**

Setor de Psicologia de Infância

• **Função ou cargo ocupado**

Investigadora Auxiliar no projeto de avaliação do Centro Criança Feliz, um centro de acolhimento de crianças órfãs, no bairro do Ferroviário, na cidade de Maputo. Avaliação do trabalho desenvolvido no Centro pelas psicólogas e assistentes sociais, pesquisa junto das crianças e a comunidade do bairro quanto ao trabalho prestado pela equipe do Centro e do desenvolvimento das crianças abrangidas pelo projeto.

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

• **Janeiro 2006 – Novembro 2009**

• **Nome e tipo da organização de ensino ou formação**

Faculdade de Ciências Políticas, na University of the Western Cape, em Cape Town na Africa do Sul

• **Principais disciplinas**

Ciências Sociais (Psicologia, Antropologia, Sociologia, Ética e Estudos de Género). Ciências Políticas (Teorias da Democracia Contemporânea, Cidadania e Participação Pública, Diplomacia, Relações Internacionais, Política Externa, Ciências Políticas Africanas, Estudos Africanos, Modelos de Democracia Africanos, Economia Política Internacional, Filosofia Política, Direitos Humanos, Pesquisa e Metodologia, entre outras)

• **Designação da qualificação atribuída**

Licenciatura

• **Outubro 1991 – Junho 2005**

• **Nome e tipo da organização de ensino ou formação**

Escola Portuguesa de Maputo

• **Designação da qualificação atribuída**

Escolaridade Obrigatória e Secundária

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

PRIMEIRA LÍNGUA PORTUGUÊS

OUTRAS LÍNGUAS

• Compreensão escrita INGLÊS
Excelente
• Expressão escrita Excelente
• Expressão oral Excelente

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS SOCIAIS**

Excelente capacidade de adaptação a novas culturas e formas de estar.

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS TÉCNICAS**

Windows Millennium: Word, Excel, Power Point, Access, Internet Explorer

**APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS DE
ORGANIZAÇÃO**

Boa capacidade de organização, método e planificação de funções.

CARTA (S) DE CONDUÇÃO

Ligeiros

INFORMAÇÃO ADICIONAL

REFERÊNCIAS

Manuela Graca
Directora Geral de Expoviagens, Lda
Edifício Espelho de Água
Belém
1400-038 LISBOA
Tel: (00351)213016819/20
Fax:(00351)213016340

Sol de Carvalho
Director Geral de Promarte, Lda
Instalações do Cinema Scala
Av. 25 de Setembro, Maputo
Telf: 00258 82 302 2350

Diana Pereira
Psicóloga e Investigadora
iriamz.pereira@gmail.com
Telf. 00258 82 327 8660

